

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**

Período de Análise: 01 a 31 de Outubro de 2008

Área Temática: Questão Fundiária – Movimentos Sociais

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto É Dinheiro Rural

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Índice

Minc admite erro na divulgação de lista – Folha de São Paulo – Brasil - 01/10/2008	4
Patrulha sem-terra - O Globo – Opinião – 01/10/2008	5
'Lamento toda essa cortina de fumaça num momento dramático como este' - Catarina Alencastro entrevista Marina Silva – O Globo – O País – 01/10/2008	5
Agora Minc diz que não leu lista de desmatadores - Catarina Alencastro – O Globo – O País – 01/10/2008	7
Ibama versus Incra – Folha de São Paulo – Opinião - 02/10/2008	8
Incra vai continuar no topo da lista de desmatadores, mas não pagará multa – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil - 02/10/2008	9
Órgão vai apurar irregularidades em assentamentos desmatados – eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil - 02/10/2008	10
Mobilização nacional pela aprovação da pec 438 'do trabalho escravo' – Sítio Eletrônico da CPT – 03/10/2008	11
Latifúndio faz mais uma vítima – Sítio Eletrônico da CPT – 03/10/2008	14
Cassel diz que lista do Ibama está errada e precisa ser revista – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil - 03/10/2008	16
Ministro diz que "espernear" é direito do Incra – Folha de São Paulo – Brasil - 03/10/2008	18
Graziano: Minc expôs sujeira sob o tapete - O Globo – Capa – 03/10/2008	18
Graziano: Minc 'levantou a sujeira sob o tapete' – Soraya Aggege – O Globo – O País – 03/10/2008	19
Ibama admite perdoar R\$ 256 milhões de multas do Incra por desmatamento - Catarina Alencastro – O Globo – O País – 03/10/2008	20
“Reforma agrária deve ser defendida, política do Incra, não” – Sítio Eletrônico do MST – 03/10/2008	21
Renegociação das dívidas dos camponeses é prorrogada – Sítio eletrônico do MST – 03/10/2008	21
Desmate de assentados na Amazônia equivale a 9,5% - Marta Salomon – Folha de São Paulo – Dinheiro - 04/10/2008	22
Modelo perverso - O Globo – Opinião – 04/10/2008	23
Governo dificulta processo de regularização de terras quilombolas – Sítio Eletrônico da CPT – 06/10/2008	24
Trabalho escravo envergonha o Brasil, avalia Vannuchi – Sítio Eletrônico da Contag - 09/10/2008	24
Amazônia concentra 70% dos projetos de assentamentos – Sítio Eletrônico do MST – 14/10/2008	25
Colonização não é Reforma Agrária – Sítio Eletrônico do MST – 15/10/2008	26

Segunda Quinzena

Famílias retiradas do trabalho escravo ganham 4,5 t de alimentos – Sítio eletrônico do MDA – 16/10/2008	26
Famílias retiradas do trabalho escravo ganham 4,5 t de alimentos – Sítio eletrônico do MDA – 16/10/2008	27

Sem-terra protestam em 13 Estados – Estado de São Paulo – Nacional – 17/10/2008	28
CNJ devolve à União terras griladas no AM – Felipe Recondo – Estado de São Paulo – Nacional – 17/10/2008	29
10 milhões de ha já teriam sido usurpados pelo esquema – Estado de São Paulo – Nacional – 17/10/2008	31
Orçamento para saúde indígena racha governo, índios e ONGs – Ligia Formenti – Estado de São Paulo – Nacional – 18/10/2008	31
Grupo de Rainha invade oito fazendas no Pontal – José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 19/10/2008	33
UDR contratará seguranças contra invasões no Pontal – José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 20/10/2008	34
Complacência com Rainha – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 21/10/2008	34
Auditoria do Ibama confirma multas de assentamentos do Incra na Amazônia – Sítio eletrônico do MMA – 21/10/2008	36
Ibama confirma multas aplicadas a assentamentos – Estado de São Paulo – Vida & - 22/10/2008	37
Ministério mantém Incra no ranking de desmatamento – Folha de São Paulo – Brasil - 22/10/2008	37
Minc defende maior protagonismo do Brasil na área ambiental – Sítio Eletrônico do MMA – 22/10/2008	37
Minc destaca importância dos corredores ecológicos para preservar fauna e flora – Sítio Eletrônico do MMA – 22/10/2008	38
MST exige nova política agrária para a Amazônia – Sítio Eletrônico do MST – 22/10/2008	40
MLST lesou União, diz relatório – Sonia Filgueiras e Ângela Lacerda – Estado de São Paulo – Nacional – 23/10/2008	41
Fazendas são incendiadas no PA – Estado de São Paulo – Nacional – 23/10/2008	42
Em SC, membro do MST é condenado por invasão – José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 23/10/2008	42
Produtores rurais resistem a se reunir com Lugo e sem-terra – José Maschio – Folha de São Paulo – Mundo - 24/10/2008	43
Sem-terra impedem brasiguaios de plantar – José Maschio – Folha de São Paulo – Mundo - 25/10/2008	44
Agricultores paraguaios que se aliam aos brasileiros são repudiados por compatriotas – Folha de São Paulo – Mundo - 25/10/2008	45
Para Lugo, ações de sem-terra são por necessidade – Folha de São Paulo – Mundo - 25/10/2008	46

Minc admite erro na divulgação de lista – Folha de São Paulo – Brasil - 01/10/2008

Ministro diz que não checkou os dados sobre desmatadores; ministro Guilherme Cassel ficou contrariado

Um dia após ter divulgado uma lista que incluía assentamentos da reforma agrária no topo dos cem maiores desmatadores da Amazônia Legal, o que provocou uma reação da área agrária do governo, o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) admitiu que não produziu os dados nem os checkou.

Minc atribuiu ao Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) a responsabilidade pela lista e deu ao órgão um prazo de 20 dias, "improrrogáveis" e "impreteríveis", para verificar uma a uma as contestações, o que, na prática, pode esvaziar o material divulgado.

O ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) e o presidente do Inbra, Rolf Hackbart, ficaram contrariados com a lista, que apontou seis projetos de assentamentos como os líderes no ranking do desmatamento. Minc culpou o Ibama: "Determinei que fosse divulgada a lista, mas eu não produzi a lista, eu não a chequei".

Cassel e Hackbart atacaram dois pontos do documento: o período exato do desmatamento não é identificado na lista, e o Inbra é tratado como proprietário de áreas nas quais, há anos, estão assentadas centenas de famílias de trabalhadores. Minc admitiu ontem concordar com a crítica: "Para fazer uma comparação mais correta, não deveria ser feita com esse pé de igualdade. Acabou sendo uma leitura mais burocrática. Faltou um pentefino".

Minc, Cassel e Hackbart se encontraram ontem no Ibama num evento sobre manejo florestal. Por conta do mal-estar, Cassel e Hackbart chegaram a cancelar suas presenças, mas mudaram de idéia. Ao lado de Minc, Cassel disse discordar "frontalmente" da lista. "Acho que tem um equívoco metodológico muito sério na divulgação. Os assentados não são os principais responsáveis pelo desmatamento na Amazônia".

Minc admitiu falhas e reconheceu o mal-estar no governo. "Espero que, em 20 dias, o Ibama corrija os dados e informe quem mais destrói o meio ambiente no país", disse Hackbart.

Patrulha sem-terra - O Globo – Opinião – 01/10/2008

Não é a primeira vez no governo Lula que há sinais explícitos de patrulha contra alguém do primeiro escalão que divulga alguma informação ou dá declarações consideradas politicamente incorretas pelos aparelhos que ocupam espaço na máquina pública.

Foi assim no primeiro mandato do presidente, quando o hoje ministro da Justiça, Tarso Genro, assumiu o Ministério da Educação com posição contrária às cotas raciais. Deixou claro o que pensava numa entrevista, e foi forçado a recuar no dia seguinte.

Agora, é o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que muito provavelmente se curvou ao ágil e poderoso lobby dos sem-terra que atua a partir do Incra e de dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário desde o início da Era Lula.

Não se trata de segmentos da máquina burocrática do Estado brasileiro, mas capitania hereditária doada ao MST e satélites.

É a única explicação plausível para o recuo de Minc na divulgação de que seis assentamentos do Incra, em Mato Grosso, lideram a relação dos cem maiores desmatadores da Amazônia, segundo levantamento do Ibama.

Como, pela cartilha ideológica desses movimentos infiltrados no Estado, o pequeno agricultor é, por definição, um ser de boa índole, e ele, junto com os bons selvagens indígenas, compõe heróicas brigadas preservacionistas, os dados do Ibama foram logo contestados.

E Carlos Minc voltou atrás.

Pode ter garantido sua sobrevivência política dentro do governo e do PT, mas malbaratou a Amazônia, de cuja devastação os assentamentos do Incra são de fato um dos grandes responsáveis. Como diversas reportagens, inclusive do GLOBO, já mostraram.

'Lamento toda essa cortina de fumaça num momento dramático como este' - Catarina Alencastro entrevista Marina Silva – O Globo – O País – 01/10/2008

BRASÍLIA. Acabou a política dos panos quentes para esconder as divergências. Isolada no interior do Acre, sem televisão ou acesso às notícias, a senadora Marina Silva (PT), ex-ministra do Meio Ambiente, fez ontem pela primeira vez críticas pesadas à maneira como seu sucessor, Carlos Minc, divulgou anteontem a lista dos cem maiores desmatadores da Amazônia — no mesmo dia em que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) divulgava o crescimento de 133% no desmatamento da Amazônia. Evitando citar o nome de Minc, Marina classificou de pirotecnia tornar pública uma lista sem sequer tê-la lido, como Minc alegou ontem, diante das reações do Incra. Ela disse também que a força-tarefa anunciada por Minc para processar os criminosos ambientais já existe desde março.

BRASÍLIA

O GLOBO: Na sua gestão foi elaborada uma lista de desmatadores.

Por que ela só está sendo divulgada agora?

MARINA SILVA: A lista estava sendo preparada e, no momento oportuno, seria apresentada. A minha surpresa é dizer que havia interesse em ocultar lista. Isso não faz

parte do meu caráter. Todos os que estavam sendo multados estavam aparecendo. Quando eu saí, isso estava em pleno funcionamento.

A lista é resultado de um trabalho. Não sei por que não foi anunciada antes.

Por que a senhora quis esperar para fazer a divulgação?

MARINA: Não é questão de esperar.

É uma questão de ser responsável. As coisas sempre foram feitas com critério. Em agosto de 2007, quando identificamos que o desmatamento tinha voltado a crescer, tomamos uma série de medidas, entre elas um decreto do presidente Lula criando um grupo de trabalho de responsabilização ambiental. O objetivo era identificar os maiores criminosos e instruir os processos para processá-los criminalmente.

Em 11 de março deste ano, foi assinada a portaria que criou a força-tarefa para dar instrução aos processos e preparar a lista dos cem maiores desmatadores.

Mas a lista não foi divulgada.

MARINA: Na hora em que eu divulgasse os nomes de forma pirotécnica, estaria prestando um desserviço, avisando aos desmatadores de forma antecipada.

O grupo estava acontecendo há três meses quando eu saí. Se passaram sete meses e foi divulgado sem que ninguém tenha lido, as coisas ficaram, parece, num grande ato. A lista era um processo que tinha que ser instruído, para produzir provas, fazer perícia para ser eficaz. Ficar só no anúncio... O que vai fazer a diferença é a resolução do Banco Central (restringindo crédito aos desmatadores) e também a criminalização da cadeia produtiva do desmatamento.

A força-tarefa com o Ministério Público anunciada por Minc já existia, então?

MARINA: Seria impossível alguém assinar uma força-tarefa e já ter uma lista na mão. Foi criada em dezembro de 2007, composta por 25 procuradores federais. O objetivo era a cobrança das taxas (multas) ou a aplicação das penas. Eu não fiquei disputando autoria, mas, como agora deu errado...

Eu teria lido e checado item por item para divulgar essa lista.

E, com certeza, não teria demorado sete meses.

A senhora já sabia então que os assentamentos do Incra apareciam no topo dessa lista? MARINA: Essas informações foram divulgadas pelo Tribunal de Contas da União, que fez um estudo dando conta de que os assentamentos do Incra eram responsáveis por 18% do desmatamento no ano passado. Na época, foi feito esse questionamento e foi dito que 80% são responsabilidade dos grandes e médios (agricultores).

O que eu lamento é que, num momento dramático como este, em que o desmatamento (de agosto) aumentou 133% em relação a julho, fica toda essa cortina de fumaça discutindo se os culpados são os pequenos ou os grandes, quando se tem que ter medidas estruturantes para todos.

O Plano de Combate ao Desmatamento não é novidade?

MARINA: Na Operação Arco Verde já tem um monte de medidas que estão sendo anunciadas agora. Perdeu-se a perspectiva do plano como processo integrado, e voltou o diapasão de o ministério em carreira solo correndo atrás do prejuízo.

Temos que ter muito cuidado para não cometer injustiças.

Tive muito cuidado para não desconstruir as coisas feitas pelo Sarney (Filho, que a antecedeu no ministério do Meio Ambiente). A maioria das coisas (que Minc vem anunciando) já estava em curso.

Não posso concordar que, quando dá certo, a autoria seja transferida, e, quando dá errado, a autoria seja devolvida.

Quando foram aplicadas multas? O Incra recorreu quando da decisão?

MARINA: Quatro dessas multas já haviam sido aplicadas na minha gestão.

Agora Minc diz que não leu lista de desmatadores - Catarina Alencastro – O Globo – O País – 01/10/2008

BRASÍLIA. Um dia depois de divulgar a lista dos cem maiores desmatadores da Amazônia e provocar forte reação no governo, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, admitiu que poderá ser obrigado a refazer o ranking. Ele alegou ontem que não lera o levantamento antes de apresentá-lo publicamente.

A lista provocou uma crise entre os ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, já que assentamentos do Incra aparecem nas seis primeiras posições, e receberam R\$ 266 milhões em multas por crimes ambientais.

Ao lado do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e do presidente do Incra, Rolf Hackbart, Minc deu prazo de 20 dias para o Ibama analisar recursos do instituto que contestam as multas: — Foi o Ibama que elaborou a lista. Eu não interfeiri.

Cassel disse que há “erros crassos” no levantamento: — É um conjunto de informações imprecisas que criou muita confusão. Foi um episódio lamentável, de desinformação, que criou embaraço para todo mundo.

Cassel disse que os 11 assentamentos do Incra na lista foram criados no governo Fernando Henrique, numa época em que a lei ambiental obrigava os produtores a preservar 50% da área, e não 80%, como hoje. Segundo ele, nenhum desmatamento é deste ano.

Perguntado sobre o motivo de não ter lido a lista antes de divulgá-la, Minc respondeu: — Confio nos órgãos. Para o bem e para o mal. Não fui eu que elaborei a lista. Não sou do Ibama. A minha ordem foi uma só: divulgue-se.

Minc afirmou ainda que a lista já estava pronta há sete meses e que não recebera informação sobre o motivo de a relação não ter sido divulgada antes: — Uma coisa é certa. Ela existia há sete meses.

Eu não ia politicamente pegar e dizendo põe esse, tira esse, esse eu conheço.

Tem uma lista? Tem. É boa? É.

Vocês (Ibama) se responsabilizam? Nos responsabilizamos.

Cassel alegou que o Incra aparece como responsável pelo desmatamento porque, formalmente, responde pela terra explorada pelos assentados. O Incra informou que três autuações do Ibama são de 2006, três de 2007 e uma deste ano. Não há comunicação de multas mais recentes.

O ministro calculou que a média desmatada por família foi de 30 hectares, enquanto que os demais produtores desmataram, em média, 3 mil hectares.

— Minc teve a grandeza de dizer que não tinha lido a lista, e se comprometeu a corrigir os erros — disse Cassel ontem.

Tentando aplacar o mal-estar, Minc fez um mea-culpa e disse que se considera “co-responsável” pelo resultado, lembrando que cerca de 20% do desmatamento acontecem em unidades de conservação, onde faltam demarcação, sede, funcionários e, em muitos casos, há a presença de gado e plantações.

— Nós temos uma culpa no cartório — disse.

Ibama versus Incra – Folha de São Paulo – Opinião - 02/10/2008

O MINISTRO Carlos Minc, do Meio Ambiente, conseguiu desviar a atenção suscitada por mais uma estatística de desmatamento na Amazônia. Com 756,7 km² em agosto, a taxa mais que triplicou os 230 km² de agosto de 2007. Sem segurança sobre os dados em que se baseou, Minc acabou culpando assentamentos de reforma agrária por grande parte do desmate da floresta.

A novidade veio com uma inédita lista dos cem maiores desmatadores da Amazônia. Nos seis primeiros lugares figurava o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com 2.292 km² devastados em oito assentamentos em Mato Grosso, entre 2006 e 2008. As multas lavradas contra o Incra totalizam R\$ 265,6 milhões.

Dos mais de 5.000 km² relacionados na lista, a área atribuída a assentamentos - relacionados ao Incra porque ainda não há titularidade definitiva das terras- representa 44%. O Meio Ambiente, contudo, informa que no conjunto da Amazônia tal parcela cai a 25%.

O Incra reagiu alegando que os assentamentos são anteriores ao período de autuação. A devastação teria ocorrido antes de 2001, quando o Código Florestal foi alterado e a reserva legal passou de 50% para 80% de cada propriedade rural na Amazônia. O desmate seria, portanto, legal.

O Ibama é acusado pelo Incra de usar imagens de satélite antigas para lavrar as autuações. Minc admitiu não ter familiaridade com o levantamento e buscou a paz com o Incra, mas não esclareceu esse ponto. Deu 20 dias para que o Ibama se explique, o que deveria ter exigido antes de disseminar uma relação incriminadora.

Se erros tão crassos estiverem por trás do anúncio, o mínimo que se pode concluir é que ele foi irresponsável.

Incra vai continuar no topo da lista de desmatadores, mas não pagará multa – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil - 02/10/2008

Anteontem, Minc havia dito que lista estava baseada em leitura "mais burocrática" e que faltava "pente-fino" - Segundo o procurador-geral federal, não será cobrada multa no valor de R\$ 265 mi; órgão questionou a lista divulgada na segunda-feira

O Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) não será excluído do topo da lista de maiores desmatadores da Amazônia, mas não pagará as multas no valor total de R\$ 265,6 milhões aplicadas pelo abate de árvores em assentamentos da reforma agrária.

Segundo apurou a **Folha**, são esses os desdobramentos previstos para a crise deflagrada com a divulgação da lista dos cem maiores desmatadores da floresta, liderada pelos assentamentos do Incra.

O procurador-geral federal, Marcelo Siqueira, adiantou ontem que, nos casos em que o Incra é apontado como responsável por grandes áreas de desmatamento, a cobrança da multa não será levada à Justiça pela Advocacia Geral da União. Em vez disso, será aberto um processo de conciliação, que estabelecerá uma forma de reparar o dano ambiental.

"É uma questão financeira e não política: não faz sentido uma entidade usar recursos públicos para pagar outra entidade", disse o procurador, referindo-se à multa aplicada pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) ao Incra, autarquia responsável pela reforma agrária. Incra e Ibama são autarquias federais.

De acordo com levantamento divulgado na segunda-feira pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, oito assentamentos de reforma agrária aparecem como responsáveis pelo desmatamento de 229,2 mil hectares da floresta, uma área equivalente a uma vez e meia a cidade de São Paulo ou 44% do total da área desmatada pelos cem maiores desmatadores.

O Incra contestou o levantamento. Classificou de "equivoco metodológico básico" a lista ser liderada pelos 49,7 mil hectares desmatados por assentamentos no município de Tabaporã (MT), que abriga 1.018 famílias. Isso significa uma média de 48 hectares por família.

"Se os assentados mereciam estar no topo da lista é uma discussão de caráter político e simbólico. Mas o fato existe, houve o desmatamento e nenhum processo será anulado. Não vou ficar publicando e republicando listas", disse ontem o ministro do Meio Ambiente.

O Incra é o responsável legal pelos lotes distribuídos aos assentados ainda não-emancipados no país. "O objetivo não é atacar a reforma agrária, mas defender uma reforma agrária sustentável ambientalmente", acrescentou Minc. A lista vinha sendo preparada desde a gestão da antecessora de Minc, a ex-ministra Marina Silva, como forma de agilizar a responsabilização dos maiores desmatadores da Amazônia.

Anteontem, Minc havia culpado o Ibama pela inclusão do Incra na lista e dado prazo de 20 dias para o órgão fazer uma nova conferência no documento. No mesmo dia,

Minc ainda tinha concordado com as reclamações do ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) e do presidente do Incra, Rolf Hackbart, que questionaram por que o Incra é tratado na lista como proprietário de áreas onde, há anos, estão assentadas famílias de trabalhadores.

Na ocasião, Minc disse que "para fazer uma comparação mais correta, não deveria ser feita com este pé de igualdade". Segundo o ministro, a lista "acabou sendo uma leitura mais burocrática. Faltou um pente-fino". (MARTA SALOMON)

Órgão vai apurar irregularidades em assentamentos desmatados – eduardo Scolese –
Folha de São Paulo – Brasil - 02/10/2008

Numa resposta à lista divulgada nesta semana pelo Ministério do Meio Ambiente - que incluiu assentamentos da reforma agrária no topo do ranking dos maiores desmatadores da Amazônia Legal- o presidente do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), Rolf Hackbart, determinou ontem uma "varredura" nos oito assentamentos citados no documento.

Em ofício encaminhado à superintendência do órgão em Mato Grosso, onde estão assentamentos que aparecem na lista, Hackbart pede que, num prazo de 90 dias, seja produzido um relatório com o levantamento de todas as "irregularidades" nesses projetos, criados entre 1995 e 2002.

No caso, as "irregularidades" estão relacionadas à atuação de grileiros dentro desses assentamentos e no aluguel de lotes lado a lado para o avanço da soja e da pecuária. O trabalho da superintendência também estará voltada ao georreferenciamento desses oito projetos e, a médio e longo prazos, num plano de recuperação das áreas degradadas.

Na semana que vem, Hackbart viaja a Cuiabá para assinar com o governo do Estado um termo para agilizar o licenciamento prévio ambiental dos 418 assentamentos federais em Mato Grosso, onde vivem 81 mil famílias.

"É uma resposta do Incra à lista do Ibama. Tem desmatamento nos assentamentos da reforma agrária, mas não são eles os que mais desmatam na Amazônia", disse ontem Hackbart. (EDUARDO SCOLESE)

Mobilização nacional pela aprovação da pec 438 ‘do trabalho escravo’ – Sítio Eletrônico da CPT – 03/10/2008

O DIA 17 DE OUTUBRO SERÁ O DIA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO PARA A COLETA DE ASSINATURAS NO ABAIXO-ASSINADO PRÓ-PEC DO CONFISCO DA TERRA DE ESCRAVAGISTAS

A Frente Nacional contra o Trabalho Escravo[i], da qual também a CPT faz parte, definiu o próximo dia 17 de outubro de 2008, como Dia Nacional de Mobilização para coleta de assinaturas em favor da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 438/2001, a PEC do confisco das terras de ‘modernos’ escravagistas. Um abaixo-assinado nacional está em circulação desde março de 2008 e irá até, no mínimo, o final do ano. É também possível assinar pela internet em www.trabalhoescravo.org.br ou pelo [site da CPT](#).

Objeto de uma oposição ferrenha por parte da Bancada Ruralista, o texto da proposta de emenda tramita no Congresso[ii] há quase 15 anos. Está pendente de aprovação em segundo turno pela Câmara dos Deputados desde 2004. No ano anterior o Senado a havia aprovado quase que por unanimidade.

A Frente reúne numerosos setores da sociedade, entre eles a própria CNBB que, em junho passado, manifestou-se claramente pela aprovação urgente do confisco das propriedades onde o trabalho escravo foi flagrado[iii]. Cada entidade da Frente fica responsável por tomar as iniciativas mais oportunas para juntar o maior número de assinaturas, chamando seus membros e públicos de referência a participar.

Seria, entretanto, muito oportuno, que, em todos os Estados, todas as entidades parceiras da Frente, da Conatrae ou das Coetrae, se articulassem para instalar postos de coleta de assinaturas, montando a estrutura destes postos, de preferência localizados em áreas de grande circulação de pessoas. Em cada local, poderão se revezar, durante todo o dia, representantes e agentes ou servidores de cada entidade, tais como juizes, procuradores, advogados, fiscais do trabalho, policiais federais, sindicalistas, lideranças populares e pastorais, etc, todos participantes da frente. Mas isso só será possível se houver uma boa articulação.

Coordenação Nacional da CPT

Campanha Nacional da CPT contra o Trabalho Escravo

[i] Frente Nacional contra o trabalho escravo:

Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo no Senado Federal, Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, Degradante e Infantil na Câmara dos Deputados, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Geral do Trabalho, Secretaria de Inspeção do Trabalho - Ministério do Trabalho e Emprego, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, Organização Internacional do Trabalho, Fórum Nacional da Reforma Agrária, CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, FETRAF - Federação dos Trabalhadores, CRS - Catholic Relief Services / Brasil, COETRAE/MA - Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo / Maranhão, COETRA/PA - Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo / Pará, COETRAE/TO - Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo / Tocantins, CDVDH - Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia/MA, ONG Repórter Brasil, SINAIT - Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, ANAMATRA - Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, ANPT - Associação

Nacional dos Procuradores do Trabalho, ANPR - Associação Nacional dos Procuradores da República, AMB - Associação dos Magistrados Brasileiros, AJUFE - Associação dos Juízes Federais, OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, ABRA- Associação Brasileira de Reforma Agrária, Movimento Humanos Direitos - MHuD, CEJIL - Centro Pela Justiça e o Direito Internacional, Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, ONG Atletas pela Cidadania, SDDH - Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, UGT - União Geral dos Trabalhadores, CSP - Central Sindical de Profissionais, CUT - Central Única dos Trabalhadores, CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, NCST - Nova Central Sindical de Trabalhadores, CONLUTAS/ ANDES, INTERSINDICAL, CGTB - Central Geral Dos Trabalhadores Do Brasil, CNT - Central Nacional de Trabalhadores, entre outros.

[ii] http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=36162

[iii]

<http://www.cptnacional.org.br/?system=news&action=read&id=2543&eid=8> – “A aprovação da PEC 438/2001 será uma excelente contribuição para que seja varrida de nosso horizonte uma vergonha que tanto desonra o Brasil. A Campanha da Fraternidade deste ano nos conclamou a escolher a vida. Escolhe, pois, a Vida! - é o que esperamos de cada membro da Câmara dos Deputados.”

Nota da CNBB sobre áreas flagradas com trabalho escravo

A CNBB acompanha com grande interesse os trabalhos do Congresso Nacional, sobretudo os que têm dimensão social. Desse modo, está atenta à votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda Constitucional PEC – 438/2001, relativa às áreas flagradas com trabalho escravo.

A escravidão é uma prática abominável que a Igreja no Brasil, pela voz de alguns Bispos e, de modo sistemático e documentado, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), vem denunciando desde a década de 1970.

O Estado Brasileiro reconheceu a gravidade da situação quando, em 1995, foi criado o Grupo Móvel do Ministério do Trabalho para fiscalizar e combater essa prática criminosa. O mesmo se diga da criação, em agosto de 2003, da **Comissão Nacional Para a Erradicação do Trabalho Escravo - CONATRAE**, órgão colegiado vinculado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República com a função primordial de monitorar a execução do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo.

No entanto, mesmo a criação de tais instrumentos não foi capaz de erradicar esta vergonha nacional. Somente no ano de 2007, foram registradas pela CPT 265 ocorrências de trabalho escravo em todo o Brasil, envolvendo 8.653 trabalhadores. Destes o Ministério do Trabalho resgatou, em suas ações de fiscalização, 5.974 trabalhadores. Desde o ano de 1995, quando foi instituído o Grupo Móvel, até o final de 2007, foram libertadas 26.951 pessoas. Nesse período, a Comissão Pastoral da Terra registrou denúncias envolvendo mais de 50 mil trabalhadores ‘aprisionados por promessas’, obrigados a trabalhar em fazendas, carvoarias e canaviais, tratados pior que animais e impedidos de romper a relação com o empregador.

No âmbito do Congresso Nacional, em 1/11/2001 foi apresentada Proposta de Emenda à Constituição pelo Senado **estabelecendo a pena de perdimento da gleba onde for constada a exploração de trabalho escravo (PEC 438/01)**. Essa Proposta foi aprovada pelo Senado em 2003, e pela Câmara dos Deputados, em primeiro turno, no dia 11 de agosto de 2004, após a comoção nacional provocada pela chacina dos Auditores Fiscais do Ministério do Trabalho e de seu motorista, em Unai, em 28 de janeiro de 2004. Incompreensivelmente, a partir daí não se deram outros passos significativos. Agora, depois de muitas manifestações da sociedade civil, a PEC 438/2001 volta à pauta para ser votada em segundo turno.

Se o desrespeito à função social da propriedade da terra já é, segundo a Constituição, motivo suficiente para sua possível desapropriação, o uso da propriedade como instrumento para escravizar o próximo é crime absolutamente intolerável contra a dignidade e contra a vida. Nada mais justo que os que praticam esse crime venham a perder sua propriedade, sem compensação, para que o Estado lhe dê destinação apropriada, especificamente, para a reforma agrária!

Desta forma, a aprovação da PEC 438/2001 é um imperativo ético e moral da consciência cidadã e, para os cristãos, uma exigência de coerência com os ensinamentos do Evangelho de Jesus. Assim, a CNBB soma-se ao clamor nacional para que se ponha um fim a tamanha agressão à pessoa humana.

São 120 anos da abolição da escravidão no Brasil, 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O tempo é propício para se decretar a segunda abolição da escravidão no campo brasileiro por meio da aprovação desta PEC.

Confiamos no espírito público do Congresso Nacional, no senso de justiça e de valorização da pessoa humana de nossos Parlamentares. A aprovação da PEC 438/2001 será uma excelente contribuição para que seja varrida de nosso horizonte uma vergonha que tanto desonra o Brasil. A Campanha da Fraternidade deste ano nos conclamou a escolher a vida. Escolhe, pois, a Vida! - é o que esperamos de cada membro da Câmara dos Deputados.

Brasília, 04 de junho de 2008

Dom Geraldo Lyrio Rocha - Arcebispo de Mariana Presidente da CNBB

Dom Luiz Soares Vieira Arcebispo de Manaus Vice-Presidente da CNBB

Dom Dimas Lara Barbosa Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro Secretário-Geral da CNBB

Latifúndio faz mais uma vítima – Sítio Eletrônico da CPT – 03/10/2008

No dia 27 de setembro deste, Raimundo Agnaldo Dourado de Almeida, um dos líderes das famílias de sem terras ligadas à Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) que reivindicam junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) as fazendas Palmeiras, O Sol Nasce Para Todos, Iraúna Alegre e Ibiapuera foi brutal e covardemente assassinado com três projéteis disparados contra a sua pessoa. Um atingiu-lhe a nuca, outro a cabeça e o outro o braço, que o perfurou atingindo diretamente o tórax. O crime aconteceu por volta das 19 horas em frente a sua residência quando ele acabava de chegar de uma reunião na zona rural, em uma moto, trazendo na garupa um de seus filhos de 16 anos. A vítima foi velada em Tucuruí e o seu sepultamento ocorreu hoje, dia 29 de setembro, às 16 horas, no cemitério municipal. As suspeitas são de que os envolvidos no assassinato sejam os proprietários dos imóveis acima citados.

Este grupo de 600 famílias sem terras até anteriormente estava acampado na fazenda Água Azul II e em uma reunião realizada no dia 30 de novembro de 2007 nas presenças do Ouvidor Agrário Nacional, Desembargador Gercino José da Silva, do Superintendente Regional do INCRA SR 27, Raimundo Oliveira Filho, da Ouvidoria Agrária Regional do INCRA, da Defensoria Pública Agrária, do Acampamento Água Azul II e da Empresa Globe Metais Indústria e Comércio, quando ficou consignado o seguinte:

1- O Ouvidor Agrário Nacional Desembargador Gercino José da Silva Filho explicou que a fazenda Água Azul II, de propriedade da Globe Metais, deveria ser desocupada pelas 600 famílias ocupantes, pois a mesma não pode ser desapropriada para fins de reforma agrária, de acordo com a Lei 8.629/93, uma vez que a Globe Metais Indústria e Comércio tem plano de manejo local que se encontra em execução de acordo com informação prestada pelo IBAMA;

2- Considerando o exposto no item 01, as lideranças das 600 famílias ocupantes decidiram desocupar o imóvel mediante indenização das benfeitorias edificadas no local (plantações) pela Globe metais fixada em 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), que se comprometeu em efetuar o pagamento diretamente ao senhor Raimundo Agnaldo Dourado de Almeida, na Defensoria Pública ou na Promotoria de Justiça do Fórum da Comarca de Breu Branco, imediatamente após a total desocupação da fazenda Água Azul II, que deverá ocorrer no dia 03 de dezembro de 2007, sob o compromisso das lideranças das famílias acampadas de não reocupar o referido imóvel;

3- O INCRA assumiu diante das lideranças o compromisso de vistoriar área para aquisição e conseqüente assentamento das famílias sem terras que desocuparão a fazenda Água Azul II, de acordo com a Programação Operacional da SR-27 no ano de 2008;

4- As lideranças das famílias sem terras também assumiram o compromisso de indicar outros imóveis para o INCRA vistoriar com a finalidade de incorporação ao programa de reforma agrária do governo federal para assentamento das mesmas;

5- O Ouvidor Agrário Nacional, Desembargador Gercino José da Silva Filho também assumiu o compromisso de fornecer cestas de alimentos e lonas para construção de novo acampamento das 600 famílias sem terras que desocuparão a fazenda Água Azul II. (Itens contidos em Ata do dia 30/11/2007).

Até o presente momento os únicos compromissos cumpridos foram os assumidos pelas lideranças das 600 famílias, que foi de desocupar a fazenda Água Azul II no dia 03 de dezembro de 2007, de não reocupar o referido imóvel e de apresentar ao INCRA nomes de outros imóveis para serem vistoriados para assentamentos das 600 famílias e os

compromissos assumidos pela empresa Globe Metais que foi de indenizar pelo valor de duzentos e cinquenta mil reais as benfeitorias (plantações) das famílias após a total saída delas do imóvel da empresa. Os demais compromissos assumidos pelo Ouvidor Agrário Nacional e pelo INCRA até agora nenhum foram devidamente cumpridos.

Em consequência dos compromissos não cumpridos pelo INCRA as famílias estavam se reorganizando para montarem novo acampamento possivelmente nas proximidades dos imóveis por elas indicados ao INCRA para vistoria e criação de Projeto de Assentamento, inclusive já haviam conseguido rolos de lonas para tal atividade. Na avaliação das famílias a suspeita do assassinato do líder Raimundo Agnaldo Dourado de Almeida teria sido em decorrência do plano de montar o acampamento nos imóveis por elas indicados aos INCRA para serem vistoriados.

Nos últimos anos, ou seja, de 2006 a 2008, várias lideranças foram assassinadas na micro-região de Tucuruí em decorrência da luta pela, conforme o quadro abaixo:

Ano	Vítima	Função	Conflito	Proprietário
2006 julho	Francisco Cleves de Guimarães Araújo	Liderança rural	Faz. Vale do Caripé Agroindustrial – Novo Repartimento / Tucuruí	José Ricardo Resex
junho	Chacina da Família Muniz: Raimundo Nonato Muniz (pai), Izaura Alves Muniz (mãe), Tiago Alves Muniz (filho) 17 anos e Tatiani Alves Muniz (filha) 17 anos.	Trabalhador Rural	Acampamento Lago Verde - Baião	Membros da Comunidade Lucas.
dezembro	Jorge das Mercês Roque	Liderança rural	Fazenda Vale do Caripé Agroindústria – Tucuruí	José Ricardo Resex
2007	Vítima	Função	Conflito	Proprietário
26/04	Antonio Raimundo dos Santos – “Carequinha”	Liderança rural	Ocupação de imóvel rural – Novo Repartimento	José Venâncio – Novo Repartimento Pistoleiro: Abdias Alves do Nascimento.
2008				
28/04	Emival Barbosa Machado	Liderança rural	Denúncia retirada ilegal de madeira por madeireiros da região	Ainda não identificado.
26/04	Jovelino Alves Leite e Francisco Alves Leite	Trabalhadores Rurais	Reivindicação de lotes na fazenda Petrópolis - Tucuruí	Já é Projeto de Assentamento
02/05	Dona Célia	Diretoria do SINTRAF - Tucuruí	PA Nova União	Sofreu tentativa de homicídio por denunciar extração ilegal de madeira no seu Projeto de Assentamento

De todos estes casos somente o da chacina da família Muniz houve punição, mas alguns dos réus já estão em liberdade.

Acreditamos que esta prática cruel de eliminação das lideranças rurais e de trabalhadores rurais somente terá fim quando:

- O INCRA e o ITERPA, órgãos responsáveis para executar a Reforma Agrária assumir com responsabilidade e eficiência suas competências;

- As autoridades responsáveis de zelar pela segurança pública e pela Justiça não permitirem mais que réus de crimes tão absurdos como o de Raimundo Agnaldo e tantos outros trabalhadores e lideranças continuem impunes e em plena liberdade;

- Enfim, quando de fato existir verdadeira Reforma Agrária e se acabar com a má distribuição das riquezas do País.

Frente ao exposto e mais ainda, tendo em vista a continuidade das ameaças às lideranças das 600 famílias e da presidente do STR de Goianésia do Pará, vimos solicitar PROVIDÊNCIAS URGENTES, visando apuração dos assassinatos mencionados, que tanto abalaram os trabalhadores e a população desses municípios. O Estado não pode ser omissos e nem conivente com esses crimes. Exigimos JUSTIÇA!.

COMISSÃO PASTORAL DA – CPT
HILARIO LOPES COSTA
COORD. CPT EQUIPE TUCURUI-PA
DALVA CARDOSO BARROSO
FETAGRI – MICRO – REGIÃO – TUCURUI-PA
MARIA VERGINA CARDOSO DA SILVA
COORD. FETAGRI – TUCURUI-PA

Cassel diz que lista do Ibama está errada e precisa ser revista – Eduardo Scolese –
Folha de São Paulo – Brasil - 03/10/2008

Ministro do Desenvolvimento Agrário afirma que assentados não são os grandes culpados pelo desmatamento da Amazônia - Cassel afirma que "quando o ministro não lê e não checa [os dados], a chance de erro é muito grande. A lista está errada, esse é o problema"

Em entrevista ontem à **Folha**, o ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) rebateu a afirmação de seu colega Carlos Minc (Meio Ambiente) de que a lista que inclui assentamentos da reforma agrária no topo dos desmatadores não será revista: "A lista está errada, esse é o problema.

Ela precisa ser substituída". Segundo Cassel, os próprios assentados, e não o governo federal, é que devem ser diretamente responsabilizados por eventuais crimes ambientais. O ministro também criticou a idéia do colega Mangabeira Unger de tirar do

Incra a regularização fundiária. Leia trechos da entrevista em seu gabinete.

FOLHA - Ao atacar a lista divulgada pelo Ministério do Meio Ambiente, o sr. sugere que não existe desmatamento nos assentamentos?

GUILHERME CASSEL - Existe desmatamento na Amazônia em assentamentos, em áreas indígenas, em unidades de conservação, em propriedades privadas. Tradicionalmente quem tem desmatado são os madeireiros ilegais, os grileiros em terras públicas e os grandes latifundiários, em áreas de soja e pecuária. Não concordo com a afirmação de que os grandes responsáveis pelo desmatamento são os assentados. Sou contra essa idéia falsa.

FOLHA - Dados do TCU mostram que 18% do desmatamento na Amazônia é de responsabilidade dos pequenos produtores, o que inclui os assentados. Isso é pouco?

CASSEL - Esses dados mostram que 82% do desmatamento não é dos assentamentos e não é dos pequenos agricultores. O que incomoda, de vez em quando, é que parece que as pessoas não olham os dados oficiais.

FOLHA - Quando o sr. diz que os assentamentos não deveriam entrar na lista, o sr. leva em conta uma questão técnica ou o fato de os assentados serem aliados do PT?

CASSEL - Técnica. A minha restrição àquela lista é que ela é imperfeita do ponto de vista técnico. Ela não reproduz a realidade, ajuda a confundir, acaba protegendo quem mais desmata.

FOLHA - O ministro Minc disse à Folha que não irá rever a lista.

CASSEL - Acho que o Ibama vai, mais cedo ou mais tarde, construir uma lista mais próxima à realidade, com mais cuidado. Quando o ministro não lê e não checa, a chance de erro é muito grande. A lista está errada, esse é o problema. Ela precisa ser substituída por uma outra lista, que reflita a realidade.

FOLHA - O Incra anunciou uma varredura nos assentamentos. Isso não é uma prova de que o órgão desconhece a realidade dos projetos?

CASSEL - Não. Oito assentamentos foram citados numa lista, e o setor público tem a obrigação de fazer um mergulho nisso e buscar informações mais precisas.

FOLHA - O governo federal é responsável por essas famílias até que ela recebam o título definitivo?

CASSEL - Isso seria um paternalismo absurdo. O Incra oferece assistência técnica, crédito. Evidente que essas pessoas são as responsáveis. Se for constatado desmatamento criminoso, ele tem que perder o lote.

FOLHA - O Incra pode fazer a regularização fundiária na Amazônia?

CASSEL - Tem, desde que seja desburocratizada a legislação.

FOLHA - Mangabeira Unger defende a criação de um órgão apenas para cuidar do processo de regularização fundiária. Qual é sua opinião?

CASSEL - Isso é baseado num diagnóstico errado. Eu posso criar um, dois, três órgãos novos, posso montar uma grande estrutura, mas, com a legislação atual, não vai fazer [a regularização fundiária].

Ministro diz que "espernear" é direito do Incra – Folha de São Paulo – Brasil - 03/10/2008

Pregando revisão do modelo de reforma agrária para evitar que os assentamentos na Amazônia sigam devastando a floresta, o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) atribuiu ontem ao legítimo "direito de espernear" as críticas do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) à lista dos maiores desmatadores.

"Todos têm direito ao contraditório", disse Minc sobre o Incra e os demais desmatadores citados na lista, que terão as multas aplicadas pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) cobradas na Justiça.

"Dei 20 dias para o Ibama analisar. A maior parte se confirma: houve mesmo nos assentamentos um desmatamento muito além do que a lei permitia", disse sobre o trabalho de conferência da lista, na qual assentamentos do Incra ocupam os seis primeiros lugares no ranking dos desmatadores. "Foi bastante checada, tenho segurança de dizer que foi", completou.

Minc defendeu a divulgação da lista, alvo de críticas desde segunda-feira. "Apesar dos sobressaltos, [a divulgação] foi positiva: a transparência sempre é boa".

Após cerimônia de assinatura de acordo com a União Européia de apoio a projeto de manejo de florestas no Pará, Minc voltou a defender ajustes no modelo de reforma agrária do governo. "É preciso que ela tenha bases mais sustentáveis. Reconhecer erros não significa negar a necessidade da reforma agrária".

A **Folha** antecipou ontem que a Advocacia-geral da União não cobrará do Incra as multas de R\$ 265,6 milhões por uma questão financeira. O dinheiro teria de sair e voltar aos cofres públicos, porque Incra e Ibama são autarquias federais. Da lista dos cem maiores desmatadores, há outros R\$ 485,3 milhões em multas a serem cobradas.

Graziano: Minc expôs sujeira sob o tapete - O Globo – Capa – 03/10/2008

O ex-presidente do Incra Xico Graziano elogiou o ministro Carlos Minc por "levantar a sujeira sob o tapete", ao publicar lista que aponta assentamentos de sem-terra como os maiores causadores de desmatamento na Amazônia. "A reforma agrária no Brasil, com este formato, é antiecológica." O Ibama admite fechar um acordo para perdoar a dívida milionária do Incra.

Página 16

Graziano: Minc 'levantou a sujeira sob o tapete' – Soraya Aggege – O Globo – O País – 03/10/2008

SÃO PAULO. O secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Xico Graziano, afirmou ontem que o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, “levantou a sujeira sob o tapete” da questão agrária no Brasil, ao declarar que os assentamentos são a maior causa do desmatamento na Amazônia. Especialista no tema, Graziano disse que nenhum governo, inclusive do PSDB, do qual fez parte como presidente do Incra (1995), conseguiu tornar a reforma agrária ambientalmente acertada.

— Esse assunto estava enfiado embaixo do tapete, até que agora o Minc corajosa e corretamente o levantou — disse Graziano.

Há 20 anos, livro de Graziano já fazia alerta

O ex-presidente do Incra lembrou que há cerca de 20 anos lançou o polêmico livro “A tragédia da Terra”, baseado em sua tese de doutorado na Fundação Getúlio Vargas (FGV), onde fazia afirmações semelhantes sobre os assentamentos.

— Eu dizia que cerca de 50 milhões de hectares de terras consideradas improdutivas eram florestas. A minha tese causou muita polêmica, mas estava correta. Hoje, 20 anos depois, as coisas mudaram, mas o Incra continua chamando de terras improdutivas o que era floresta virgem, morada de onça — disse Xico Graziano, explicando ainda que não saberia dizer agora qual seria o estoque real de florestas e terras improdutivas no país.

Ainda segundo o especialista, o impacto dos assentamentos sobre a Floresta Amazônica não tem sido uma questão de opção de governo, mas sim de uma ideologia da reforma agrária arraigada no país. Para ele, o PT é mais ligado à ideologia de esquerda que calcula enormes volumes de áreas improdutivas no país, mas o erro tem sido inerente a todos os governos, inclusive do PSDB, do qual participou.

O próprio partido tucano colaborou para o desmatamento da Amazônia, de acordo com o secretário de Meio Ambiente de José Serra.

— A região de Marabá, por exemplo, foi totalmente desmatada, muito por causa do projeto de Raul Jungmann (ex-ministro do Desenvolvimento Agrário no governo Fernando Henrique Cardoso) de assentamentos na região.

E isso é só um exemplo.

Na avaliação do especialista, o Brasil precisa rever rapidamente sua política de reforma agrária: — A legalidade do Estatuto da Terra é de 1964, mas continua a mesma. O erro é inerente ao processo de reforma agrária, que é antiambiental e deformado — disse.

Graziano considera que o Brasil precisa garantir que terras de florestas não sejam jamais destinadas à reforma agrária e, ainda, proibir definitivamente a instalação de assentamentos na Amazônia.

— O que o Incra precisa fazer é colocar os assentamentos já existentes para funcionar, de modo que se tornem produtivos. Este país já gastou fortunas com os assentamentos, e eles continuam ineficientes.

Deviam encerrar o ciclo da criação de assentamentos — afirmou.

Para o especialista, não há mais desemprego na agricultura

Na opinião de Graziano, a questão das terras improdutivas não pode mais ser incluída no contexto da reforma agrária. Para ele, não há mais desemprego na agricultura nem terras que não sejam utilizadas no país. Segundo ele avalia, a única região do Brasil

onde ainda poderiam ser feitos assentamentos seriam semiaacuturido e o agreste nordestinos.

— Concordo com alguns autores que dizem que nessa região há a possibilidade desenvolver projetos, mais voltados para a área social.

É preciso atuar nesses bolsões, onde há realmente pessoas que atuam na terra.

E não transformar moradores urbanos em sem-terra ou assentados, como faz o MST, com o apoio do Incra — afirmou Xico Graziano.

Ibama admite perdoar R\$ 256 milhões de multas do Incra por desmatamento - Catarina Alencastro – O Globo – O País – 03/10/2008

BRASÍLIA. O Ibama admite a possibilidade de fechar um acordo para perdoar a dívida milionária que o Incra tem pelo desmatamento de 223.355 hectares de Floresta Amazônica em oito assentamentos de reforma agrária no Mato Grosso. A conversão da multa, que totaliza R\$ 256 milhões, em serviços de preservação, melhoria e recuperação ambiental, está prevista na legislação. Caso a conversão seja aceita, o Incra teria um desconto de 40% do valor e pagaria, em prestação de serviços ambientais, o valor restante.

Como se trata de governo devendo para o governo, há uma orientação do Ministério do Meio Ambiente para que o pagamento não seja feito em dinheiro, segundo explicou um funcionário do Ibama. Dono de um conjunto de áreas de floresta amazônica, o Incra poderia quitar seu débito com a cessão de algumas delas para a preservação.

Para Greenpeace, discussão sobre reforma é positiva

Para o diretor da campanha Amazônia do Greenpeace, Paulo Adário, a lista dos 100 maiores desmatadores desviou o foco de que, em agosto, houve um aumento de 134% na devastação da floresta amazônica. Ele considera positiva, no entanto, a discussão do modelo de reforma agrária brasileiro. Baseado em Manaus, Adário disse que a história dos assentamentos do Brasil sempre teve a devastação como lógica.

— A política de assentamentos na Amazônia sempre, desde o regime militar, esteve ligada à destruição da floresta: agricultura e exploração madeireira. O estado não investiu em desenvolver uma cultura de promover assentamentos que vão utilizar os recursos da floresta em pé, com a colheita de fibras, raízes, e da própria madeira, de forma sustentável. Você não dá muita alternativa para o assentado, a não ser explorar a madeira — disse, reforçando que o Incra deveria aproveitar a divulgação da lista para mudar “radicalmente” o perfil dos assentamentos na Amazônia.

Três dias depois da divulgação do levantamento que coloca os assentamentos do Incra como grandes vilões da preservação da Amazônia, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) divulgou uma nota responsabilizando a instalação de latifúndios por grandes agricultores privados pela derrubada da floresta. A Contag critica ainda a falha da fiscalização do Ibama e o Incra, por procurar “inflar” sua meta de assentamentos sem oferecer às famílias condições de se desenvolverem.

“Reforma agrária deve ser defendida, política do Incra, não” – Sítio Eletrônico do MST – 03/10/2008

A divulgação da lista com os 100 maiores desmatadores da Amazônia Legal, entre 2005 e 2008, pelo MMA (Ministério do Meio Ambiente), recolocou o debate sobre quem são os principais responsáveis pela destruição da floresta. No documento do MMA aparecem oito assentamentos do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), sendo que seis deles ocupam os seis primeiros lugares da lista. [Leia esclarecimento do MST sobre o tema](#)

Estes assentamentos fantasma são responsáveis pelo desmatamento de quase 230 mil hectares da Amazônia, o que equivale a 44% do total da área desmatada pelos 100 maiores desmatadores. Porém, o professor de Geografia Agrária da USP (Universidade de São Paulo), Ariovaldo Umbelino, destaca que isto é fruto de uma política distorcida do Incra.

“A reforma agrária deve continuar sendo defendida, pois é o caminho para se chegar à soberania alimentar. Porém, a política do Incra deve ser severamente criticada pelo equívoco que ela contém, em não assumir a necessidade da reforma agrária em todo o país. A política de reforma agrária do Incra está marcada por dois princípios: não fazê-la nas áreas de domínio direto do agronegócio e, fazê-la nas áreas onde ela possa “ajudar” na expansão do agronegócio”.

Ariovaldo explica que em primeiro lugar estão os assentamentos Mercedes Bens I e II, implantados no norte do estado de Mato Grosso. Estas terras durante a ditadura militar faziam parte do projeto agropecuário da multinacional Mercedes Bens e, até hoje, são uma das frentes de expansão da pecuária de corte de bovinos. Agora, o agronegócio compra o terreno ou faz parcerias com os assentados. “Assim, a responsabilidade do desmatamento é do assentado e do Incra”, afirmou Ariovaldo.

Renegociação das dívidas dos camponeses é prorrogada – Sítio eletrônico do MST – 03/10/2008

Num ano de gordas concessões aos empresários do agronegócio, o Conselho Monetário Nacional finalmente decidiu prorrogar para até 14 de novembro o prazo para aderir à renegociação das dívidas do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), do Crédito Fundiário e do Procefa (Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária).

Levantamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário aponta que pelo menos 536 mil camponeses serão beneficiados com a medida. Para renegociar, o agricultor deve fazer uma solicitação simples no banco com nome completo e número do CPF (Cadastro de Pessoa Física) declarando a adesão à renegociação de dívidas rurais.

Após o prazo de adesão, os bancos farão análise do caso de cada agricultor para que, até 31 de dezembro, seja informado sobre a situação de sua dívida e possa optar pelo pagamento integral da dívida ou pela renegociação, ou seja, alongar o prazo de pagamento.

"Conhaque pros valetes... cachaça pros pobres"- A renegociação das dívidas dos camponeses é um pequeno fragmento do grande pacote de benesses destinadas, acima de tudo, aos empresários do agronegócio.

Dos 2.8 milhões de contratos de crédito rural que estão tendo as dívidas renegociadas neste ano, apenas 1.8 milhões são de pequenos produtores. Todos estes contratos representam um saldo devedor de R\$ 75 bilhões. Os pequenos agricultores são responsáveis por apenas 5% dos débitos renegociados, o que corresponde a somente R\$ 3.75 bilhões. Os outros R\$ 71.25 bilhões foram creditados na conta do agronegócio.

Desmate de assentados na Amazônia equivale a 9,5% - Marta Salomon – Folha de São Paulo – Dinheiro - 04/10/2008

Pesquisa mostra que 80% da derrubada nos últimos 12 meses ocorreu em terras privadas e ocupadas por posseiros ou grileiros

Líderes da polêmica lista de maiores desmatadores da Amazônia, os assentamentos de reforma agrária foram responsáveis pelo abate de cerca de uma a cada dez árvores cortadas na floresta nos últimos 12 meses. O levantamento foi feito com base em imagens captadas por satélites entre agosto do ano passado e julho deste ano, o mesmo período de coleta da taxa de desmatamento oficial do ano, que deverá ser divulgada em novembro.

As imagens foram analisadas mês a mês pelo Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia) e não registram desmatamentos de áreas menores do que 12,5 hectares, o equivalente a aproximadamente 17 campos de futebol. Consideradas as áreas maiores, os assentamentos contribuíram, em 12 meses, com o desaparecimento de uma área e floresta equivalente à terça parte da cidade de São Paulo ou 9,5% do total do período.

De acordo com as imagens analisadas pelo Imazon, mais de 80% do desmatamento ocorrido no período está concentrado em propriedades privadas e terras da União ocupadas por posseiros ou grileiros. O restante da devastação -aproximadamente 12% do total- ocorreu em unidades de conservação e em terras indígenas, teoricamente protegidas da ação das motosserras.

Os números confirmam a existência do problema de desmatamento em assentamentos de reforma agrária, mas em uma dimensão diferente da sugerida pela lista dos cem maiores desmatadores da Amazônia divulgada na última segunda-feira pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

Os seis primeiros lugares da lista são ocupados por assentamentos de responsabilidade do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). A lista levou em conta a área desmatada e o valor das multas aplicadas.

Segundo o Incra, existem hoje 3.082 assentamentos federais de reforma agrária na Amazônia, concentrados nos Estados do Maranhão, Pará e Mato Grosso. A área total desses assentamentos é de quase três vezes o território do Estado de São Paulo.

A falta de sustentabilidade ambiental desses assentamentos, criticada pelo ministro Carlos Minc (Meio Ambiente), foi constatada por sucessivas auditorias do TCU (Tribunal

de Contas da União).

No relatório mais recente, votado em agosto, o tribunal recusou novas propostas de adiamento e fixou prazo até dezembro para que o Incra apresente plano de regularização do passivo ambiental dos assentamentos, com metas, cronograma e recursos definidos. Até o fechamento desta edição, o Incra não havia respondido se cumprirá a determinação dentro do prazo estabelecido pelo tribunal.

Uma auditoria anterior já havia constatado "grande degradação" das áreas de proteção permanente (como matas às margens de rios) e de reserva legal (de 80% da floresta). Segundo o tribunal, o Incra vinha reiteradamente descumprindo a legislação ambiental nos assentamentos de reforma agrária na região da Amazônia.

"O Incra permaneceu sem regularizar a situação ambiental dos inúmeros assentamentos criados sem licenciamento. A situação torna-se mais grave quando se observa que novos assentamentos estão sendo implantados, igualmente, sem as necessárias licenças ambientais", diz o relatório.

Modelo perverso - O Globo – Opinião – 04/10/2008

Especialista em questões agrárias, o ex-presidente do Incra Xico

Graziano afirmou, em entrevista à rádio CBN, que o ministro Carlos Minc levantou a sujeira sob o tapete ao dizer que os assentamentos são a maior causa do desmatamento na Amazônia.

É verdade que, pressionado por patrulhas de sem-terra incrustadas no governo, o ministro do Meio Ambiente desdisse o que dissera, e admitiu rever a lista do Ibama que reconhece nos assentamentos uma ponta de lança dos desmatamentos na região. Mas, mesmo com o posterior recuo de Minc, a divulgação do ranking de desmatadores, patrocinada por um ministro insuspeito aos olhos do movimento ambientalista — pelo menos era, até assumir —, foi um ato positivo para remover o biombo que procurava esconder — com tecidos de tons ideológicos que se confundem com as cores de movimentos radicais — uma realidade já denunciada pela imprensa e por técnicos em questões fundiárias.

Esse véu com que se procura proteger os assentamentos das denúncias de devastação oculta também outras idéias que põem a Amazônia sob risco de danos irreversíveis.

É o caso do conceito, enraizado na política agrária oficial, de que floresta é terra improdutiva — o que corresponde a dar sinal verde, sem trocadilho, a ocupações em áreas a serem protegidas do desmatamento.

Da polêmica aberta pela lista do Ibama salta pelo menos uma evidência: a de que preferências ideológicas não podem adiar a revisão do programa de assentamentos em curso. Até porque o modelo atual se revela duplamente perverso — com os assentados, por, quase sempre, não livrá-los da exploração, e com o meio ambiente, pelas óbvias agressões cometidas contra ele.

Governo dificulta processo de regularização de terras quilombolas – Sítio Eletrônico da CPT – 06/10/2008

O governo brasileiro ficou mais rígido em relação aos processos de regularização das terras remanescentes de quilombos. A Instrução Normativa nº 49, publicada no Diário Oficial da União no dia 2 de outubro, vai dificultar a abertura destes processos com exigências como um laudo de antropólogo sem vínculos com nenhuma das partes interessadas, entre outras. O advogado-geral da União, José Antonio Dias Toffoli, argumentou que a mudança tornará o pedido de demarcação mais objetivo e irá evitar confusões nas etapas finais. Entretanto, movimentos de apoio à causa quilombola alegam que a norma tornará os processos mais lentos e burocráticos e que o governo estaria atendendo interesses do agronegócio. (fonte: CPT PE)

Trabalho escravo envergonha o Brasil, avalia Vannuchi – Sítio Eletrônico da Contag - 09/10/2008

O ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), Paulo Vannuchi, disse hoje (9) que o trabalho escravo ainda é "uma mancha que envergonha o Brasil".

Em entrevista a emissoras de rádio, durante o programa Bom Dia Ministro, no estúdio da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), ele avaliou que os casos de trabalhadores encontrados em condições análogas à escravidão no país representam "pouca gente" - entre 20 mil e 50 mil pessoas -, mas que cabe ao Estado brasileiro "erradicar essa vergonha". " Os trabalhadores] são levados para a região da Amazônia, de Mato Grosso, do Pará, do Tocantins e lá ficam submetidos a jargunços que não os deixam escapar e a pessoas que criam uma situação de escravidão pela dívida. A pessoa perde a liberdade de ir e vir."

Para Vannuchi, o trabalho deve ser de prevenção, para o trabalhador "não se deixar atrair por falsas promessas", além de punição para os "péssimos fazendeiros". Segundo o ministro, a agricultura do Brasil é a melhor do mundo, caracterizada por solos férteis e pela quebra de recordes na produção de soja e de cana-de-açúcar. " O trabalho escravo] pode sujeitar nosso país a ações na Organização Mundial do Comércio [OMC]. A alegação de que aqui se pratica trabalho escravo pode levar a um desastre na nossa folha de exportações."

Ele reconheceu que ainda existe uma espécie de desconfiança da população em relação à defesa dos direitos humanos. A idéia de que eles existem apenas para proteger os que fazem mal à sociedade, de acordo com Vannuchi, permanece como uma "forte mentalidade nacional", sobretudo nos segmentos sociais mais pobres e que mais necessitam da garantia de seus direitos. "É uma explicação enfiada na cabeça deles por setores do regime militar que foram derrotados. Uma visão da polícia como agente de repressão. É preciso corrigir essa má compreensão e o jeito de fazer isso é por meio de longos investimentos em educação. Incluir mais a educação em direitos humanos desde muito cedo."

Amazônia concentra 70% dos projetos de assentamentos – Sítio Eletrônico do MST – 14/10/2008

A lista do Ministério do Meio Ambiente com áreas do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) entre os principais desmatadores da Amazônia colocou no banco dos réus a política agrária dos últimos governos, que privilegia iniciativas de colonização na região Norte, em vez de enfrentar o latifúndio em todo o país.

Nos últimos 12 anos, cerca de 70% dos projetos de Reforma Agrária aconteceram na Amazônia Legal, em terras públicas ou por meio de regularização de posse. De acordo com especialistas, a política agrária em curso foge do enfrentamento do latifúndio e, especialmente, do agronegócio, cristalizado no Centro-Sul do país. “A localização da maioria dos assentamentos na Amazônia responde ao medo de incomodar o latifúndio. Essa orientação é péssima, pois, como todos sabem, a ecologia da região não é compatível com o tipo de exploração da terra que o Incra está patrocinando”, critica Plínio de Arruda Sampaio, presidente da Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária).

Para José Juliano de Carvalho, professor da Faculdade de Economia e Administração da USP (Universidade de São Paulo), a concentração de projetos na Amazônia aponta que “não existe uma opção pela Reforma Agrária e o governo Lula segue o mesmo tipo de política de FHC, que não tem nada de estrutural”.

Segundo ele, os projetos na região Norte são similares aos programas de colonização do regime militar, com a criação de assentamentos isolados em áreas afastadas dos centros consumidores de alimentos, abrindo porta para a pressão de madeireiras e do agronegócio. “É preciso proteger as áreas de investimento público da Reforma Agrária”, defende Carvalho. A maioria das famílias acampadas e das ocupações de terra acontece na região Nordeste e Centro-Sul, de acordo com relatório da Comissão Pastoral da Terra, de 2007. Apenas 13% das ocupações de terra são realizadas na Amazônia, mas é lá que os números do governo ganham escala. Com isso, há uma distorção: enquanto o governo cria projetos de assentamentos e regularização no Norte, famílias Sem Terra fazem lutas e seguem acampadas pelo país. “Defendemos a realização de assentamentos em regiões onde há famílias acampadas na luta pela Reforma Agrária, abrindo o caminho para um amplo programa de democratização da terra”, explica Vanderlei Martini, integrante da coordenação nacional MST.

Plínio Sampaio acredita que não está em curso um programa amplo de Reforma Agrária, mas políticas isoladas. “O programa de assentamentos consiste em outra coisa: trata-se de realizar desapropriações pontuais para solucionar casos de tensão social. Nesse sentido, não há diferença entre as políticas fundiárias de Lula e FHC”. “Nenhum governo teve coragem de enfrentar o latifúndio - agora batizado de agronegócio. Por isso, não se pode falar em Reforma Agrária, pois esta consiste numa redistribuição de terras na escala requerida para alterar, em benefício da população pobre, o poder econômico, social e político no meio rural”, avalia.

Além disso, não existe uma política específica para assentamentos e pequenas propriedades na Amazônia, o que demanda diferentes formas de produção e ocupação territorial. “Ainda faltam estudos e mecanismos de política agrícola adequados para sustentar ações de desenvolvimento mais intensas e abrangentes. Nesta etapa, se queremos manter a Amazônia e desenvolvê-la racionalmente, a prioridade primeira deve ser dada à pesquisa. Antes de alterar um ecossistema vulnerável é preciso conhecê-lo bem”, acredita Plínio.

Colonização não é Reforma Agrária – Sítio Eletrônico do MST – 15/10/2008

Para discutir a questão agrária na Amazônia é preciso primeiro responsabilizar com as populações que existem há longa data na região, aponta Ulisses Manaças, da coordenação nacional do MST no Pará. São as comunidades remanescentes de quilombos, os indígenas, os camponeses e os ribeirinhos os guardiões da floresta, e eles sempre sobreviveram sem o apoio ou incentivo do Estado. “É preciso que se faça um processo de Reforma Agrária que garanta a presença do Estado, que garanta incentivo para as populações trabalharem e preservarem a Amazônia”, diz.

Ele aponta que os assentamentos precisam de infra-estrutura, incentivos para a produção, energia elétrica, estradas. “Os assentamentos são um espaço privilegiado para conseguir restaurar o que o agronegócio destruiu na região, e garantir a produção de alimentos e a defesa da biodiversidade. Nosso modelo de reforma agrária só tem viabilidade na região amazônica quando a agricultura respeitar a diversidade cultural e ambiental desse fantástico ecossistema do nosso país”, completa.

Ulisses aponta que o projeto seguido pelo governo federal nos últimos 30 anos não prioriza a realização da Reforma Agrária, e sim projetos de colonização. A política iniciada na década de 1970, na ditadura militar, e mantida pelos governos FHC e Lula, prioriza a atuação econômica de outros agentes interessados no território, não os agricultores. “Essa é uma política que assenta as pessoas com o intuito claro de desenvolver economicamente de forma predatória, derrubando a floresta e fazendo relações com madeireiros. Isso pra nós não é Reforma Agrária”, denuncia Ulisses.

Esses projetos de colonização na região amazônica não criam as condições para que os assentamentos possam se desenvolver de forma sustentável, o que leva a uma pressão das empresas madeireiras.

Famílias retiradas do trabalho escravo ganham 4,5 t de alimentos – Sítio eletrônico do MDA – 16/10/2008

Cerca de 75 famílias receberam, nesta quarta-feira (15), no município de Placas, Oeste do Pará, 4,5 toneladas de alimentos. Os produtos foram repassados por meio da Ouvidoria Agrária Regional que é vinculada à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Santarém (PA). No mês de setembro, durante operação do grupo móvel da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Pará, estas famílias foram encontradas na fazenda Perfil, em situação análoga ao trabalho escravo.

A distribuição de alimentos foi realizada por meio de cestas básicas, contendo sete itens, incluindo arroz, feijão, macarrão e farinha. A Ouvidoria Agrária Regional, que

usualmente coordena tal ação em benefício de famílias acampadas, foi acionada após contato feito pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Pará (SEJUDH).

Além de técnicos da Ouvidoria Agrária Regional, a entrega dos alimentos foi acompanhada por integrantes do Conselho Tutelar do Município de Placas e da SEJUDH. O Ministério Público do Trabalho (MPT), a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Pará, as polícias Federal e Rodoviária Federal também vêm prestando assistência às famílias.

Reforma agrária - Técnicos do Incra estiveram no município de Placas para apresentar a proposta de inclusão das famílias no Programa Nacional de Reforma Agrária. Em reunião realizada na fazenda Perfil, 43 famílias manifestaram interesse em ser remanejadas para três assentamentos em Santarém. Destas famílias, 37 tiveram o cadastro concluído pelos técnicos do instituto. As demais aguardam regularização de documentos.

Famílias retiradas do trabalho escravo ganham 4,5 t de alimentos – Site eletrônico do MDA – 16/10/2008

Cerca de 75 famílias receberam, nesta quarta-feira (15), no município de Placas, Oeste do Pará, 4,5 toneladas de alimentos. Os produtos foram repassados por meio da Ouvidoria Agrária Regional que é vinculada à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Santarém (PA). No mês de setembro, durante operação do grupo móvel da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Pará, estas famílias foram encontradas na fazenda Perfil, em situação análoga ao trabalho escravo.

A distribuição de alimentos foi realizada por meio de cestas básicas, contendo sete itens, incluindo arroz, feijão, macarrão e farinha. A Ouvidoria Agrária Regional, que usualmente coordena tal ação em benefício de famílias acampadas, foi acionada após contato feito pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Pará (SEJUDH).

Além de técnicos da Ouvidoria Agrária Regional, a entrega dos alimentos foi acompanhada por integrantes do Conselho Tutelar do Município de Placas e da SEJUDH. O Ministério Público do Trabalho (MPT), a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Pará, as polícias Federal e Rodoviária Federal também vêm prestando assistência às famílias.

Reforma agrária - Técnicos do Incra estiveram no município de Placas para apresentar a proposta de inclusão das famílias no Programa Nacional de Reforma Agrária. Em reunião realizada na fazenda Perfil, 43 famílias manifestaram interesse em ser remanejadas para três assentamentos em Santarém. Destas famílias, 37 tiveram o cadastro concluído pelos técnicos do instituto. As demais aguardam regularização de documentos.

Sem-terra protestam em 13 Estados – Estado de São Paulo – Nacional – 17/10/2008

Na capital gaúcha, manifestação deixa 11 militantes e 1 policial feridos

A Via Campesina realizou ontem manifestações em 13 Estados, para protestar contra o agronegócio e lembrar o Dia Internacional de Defesa da Soberania Alimentar. Em Porto Alegre, um confronto entre um pelotão com cerca de 350 soldados da Brigada Militar e 1,5 mil manifestantes deixou 11 militantes e um policial feridos.

Foram registrados conflitos também em Presidente Prudente, interior de São Paulo. Soldados da Polícia Militar enfrentaram com bombas de gás pimenta e balas de borracha um grupo de 400 manifestantes, quando tentavam invadir o escritório regional do Instituto de Terras do Estado (Itesp). Dois manifestantes foram atingidos e ficaram com hematomas.

Em Porto Alegre, o confronto ocorreu diante do Palácio Piratini, sede do governo gaúcho. No final da tarde, após várias manifestações pela cidade, os manifestantes, com apoio do Movimento dos Sem-Terra (MST) e da Coordenação dos Movimentos Sociais e Central Única dos Trabalhadores (CUT), decidiram se concentrar naquele local.

O confronto com os policiais começou quando estes impediram o deslocamento de caminhões de som pela área. A maioria dos feridos sofreu escoriações decorrentes de quedas, pisoteio, estilhaços e golpes de cassetetes.

Também ocorreram protestos no Paraná, Pernambuco, Ceará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Paraíba, Mato Grosso, Maranhão, Minas Gerais, Pará e Espírito Santo. No Paraná, mulheres da Via Campesina liberaram durante algumas horas um conjunto de oito praças de pedágio, em diferentes rodovias do Estado.

Um dos principais alvos dos protestos foram as empresas estrangeiras. Na capital gaúcha, houve concentração em frente ao Supermercado Nacional, da rede americana Wall-Mart. No Recife, a loja da rede McDonald's da Rua do Hospício, no centro, teve a entrada bloqueada durante 15 minutos por cerca de 70 manifestantes. “Estamos aqui porque a rede McDonald's representa o que há de pior na cultura alimentar do mundo”, disse uma das manifestantes, num rápido discurso. Em oposição aos alimentos que “vêm de fora para encher as pessoas de veneno”, eles distribuíram batata-doce, mandioca, fava e milho, plantados pelos sem-terra. Poucas pessoas aceitaram os alimentos.

Segundo organizadores das manifestações, empresas transnacionais como Wall-Mart, Bunge e Cargill controlam o agronegócio e são responsáveis pelas altas nos preços dos alimentos. “O modelo brasileiro privilegia o agronegócio, os grandes exportadores, os produtores de cana, soja, milho e eucalipto, enquanto a agricultura camponesa, que produz 70% dos alimentos no País, enfrenta dificuldades”, disse Meffilene Silva, da coordenação nacional do MST, ligada à Via Campesina.

Ainda segundo Meffilene, as recentes altas dos preços dos alimentos, no Brasil e no mundo, estão ligadas à especulação financeira comandada por grandes grupos. “Fizemos

protestos nas cidades para mostrar à sociedade o que está ocorrendo com os camponeses brasileiros, cuja cultura é cada vez mais desvalorizada.”

Ela também citou dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), segundo os quais a cesta básica consome 52,8% do salário mínimo. Pela proposta da Via Campesina, o governo deveria dar mais assistência aos assentamentos rurais e aos pequenos produtores - que são chamados de camponeses nas entrevistas, discursos e folhetos.

ENTRAVE - Os pedágios foram atacados, segundo os manifestantes, porque constituem um entrave para a pequena agricultura, encarecendo a produção. Ontem também foram realizadas marchas no Rio, em São Paulo, Campinas e João Pessoa.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), 16 de outubro é o Dia Mundial da Alimentação. Para a Via Campesina é o Dia Internacional em Defesa da Soberania Alimentar.

A Via Campesina é um movimento internacional. No Brasil é formada por uma coalizão de várias organizações, encabeçadas pelo MST. Também participam Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Pastoral da Juventude Agrária, Federação dos Estudantes de Agronomia e Movimento de Mulheres Camponesas. * **JOSÉ MARIA TOMAZELA, ROLDÃO ARRUDA, ANGELA LACERDA E ELDER OGLIARI**

CNJ devolve à União terras griladas no AM – Felipe Recondo – Estado de São Paulo – Nacional – 17/10/2008

Sem poder para mandar prender integrantes de uma máfia de grileiros com atuação no Amazonas, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) “expropriou” as terras que eram ilegalmente negociadas pelo grupo. O CNJ devolveu, em setembro, 587 mil hectares de terras griladas na região ao governo federal, uma área do tamanho do Distrito Federal.

Os imóveis, localizados no município de Pauini (AM), ficam em área de segurança nacional e eram grilados num esquema complexo que envolvia cartórios, empresas privadas e, desconfiam procuradores federais, juízes do Amazonas. As terras griladas eram vendidas para empresas, principalmente de Mato Grosso do Sul e São Paulo, que tinham consciência das irregularidades, mas estavam interessadas em usar o terreno para negociar com a União o abatimento de dívidas com o INSS.

O esquema começava com a disputa por um terreno menor, nesse caso de 1.400 hectares, localizado no município de Pauini (AM). Os grileiros ocupavam a região, entravam na Justiça comum com ações por usucapião e demarcação de terra, registravam a propriedade em diversos cartórios sem nenhum documento que comprovasse a posse da área e, a partir daí, iniciavam um processo de aumento e “clonagem” das terras. A cada

registro novo que faziam da mesma terra em cartório diferente aumentavam a extensão da propriedade. O terreno que antes media 1.400 hectares chegou, por esse caminho, a 640 mil hectares.

Após toda essa seqüência de ilegalidades, juízes de primeira instância do Amazonas proferiam decisões confirmando a transferência das terras da União para particulares. Era o último passo para coroar o esquema de grilagem. Além das irregularidades flagrantes do processo, os juízes passavam por cima da legislação para dar ganho de causa aos grileiros.

Como as áreas eram de segurança nacional, qualquer decisão desse tipo cabia à Justiça Federal. Os juízes, portanto, não tinham competência para analisar os casos. “Constata-se que, embora houvesse toda a gama de precedentes de prática de grilagem no Amazonas, o procedimento adotado pelo Conselho da Magistratura do Estado do Amazonas no presente caso foi contrário à lei, merecendo rigorosa interferência desse Conselho Nacional de Justiça”, argumentaram no pedido encaminhado em abril ao CNJ.

O conselheiro Antonio Umberto, relator do caso no CNJ, confirmou que a Justiça do Amazonas cometeu irregularidades, determinou o cancelamento da decisão do Conselho da Magistratura e dos registros nos cartórios de ofício. Porém, nenhum juiz será investigado ou punido.

Em 2001, o Ministério do Desenvolvimento Agrário pediu à Corregedoria-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Amazonas o cancelamento dos registros dos imóveis nos cartórios. Uma comissão especial foi criada para investigar e corrigir as irregularidades. Essa comissão cancelou uma das matrículas da terra, que aumentara a extensão da gleba para 640 mil hectares, mas esqueceu-se de anular as inscrições anteriores. Com isso, uma matrícula anterior serviu para procriar novas matrículas ilegais que ampliaram as terras para 587 mil hectares.

Perdido no cipoal jurídico do Estado, o caso chegou ao CNJ por representação dos procuradores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

MÁFIA EM AÇÃO - A forma como os grileiros transformavam uma pequena área em um latifúndio do tamanho do Distrito Federal

1. O grileiro ocupa uma pequena porção de terra devoluta da União e entra com ações de usucapião ou demarcação

2. Na primeira fase da grilagem, com a ajuda de um funcionário do cartório, a terra é registrada sem nenhum título que justifique seu tamanho de 571 mil hectares

3. Depois dessa fase do processo, o grileiro elabora um novo memorial descritivo da mesma terra

4. Com esse novo memorial, a terra é registrada novamente e com um novo tamanho: 587 mil hectares

5. Em uma segunda fase, os grileiros apresentam uma certidão falsa do Instituto Fundiário do Amazonas (Ifam) para que seja elaborado um novo registro da terra

6. Do documento, consta que a área tem 640 mil hectares. Com base nisso, juízes transferiam terras da União para grileiros

10 milhões de ha já teriam sido usurpados pelo esquema – Estado de São Paulo – Nacional – 17/10/2008

A investigação dos procuradores federais aponta o envolvimento de Falb Saraiva de Farias na grilagem dos 587 mil hectares devolvidos à União pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ele é acusado de grilar, no Acre e Amazonas, cerca de 10 milhões de hectares e já responde a várias ações na Justiça.

Os procuradores afirmam que Farias pode ser testa-de-ferro de empresas interessadas em comprar terras e doá-las para a União para abater dívidas com o INSS. A terra em disputa teria sido inicialmente transferida por Luiz Bernardino de Sena à Tropical Madeiras Indústria e Comércio, de Farias.

Ocorre que essa terra, 70 anos antes, fora transferida para Antonio Fomes de Moura, o que leva a crer que Farias seja o grileiro responsável pelas irregularidades. Os procuradores identificaram também o funcionário do cartório que o auxiliava no esquema. Mas ainda não conseguiram comprovar o envolvimento de juízes. Farias não foi localizado pelo Estado.

Orçamento para saúde indígena racha governo, índios e ONGs – Ligia Formenti – Estado de São Paulo – Nacional – 18/10/2008

A discussão em torno de uma proposta sobre a transferência de controle do programa de saúde indígena, cujas verbas passam de R\$ 300 milhões por ano, está provocando rupturas entre governo, lideranças indígenas, movimentos sociais e indigenistas. A proposta prevê que a atividade, hoje sob a responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), passe para uma nova secretaria, denominada Atenção Primária e Promoção da Saúde, cuja criação está em análise no Congresso.

A mudança tem o apoio de lideranças indígenas, descontentes com a atuação da Funasa. Mas a ala dos que não vêem a alteração com bons olhos é mais numerosa. Para esse grupo, a proposta é vaga e não foi discutida com os indígenas. Um terceiro grupo, apoiado pela Funasa, quer manter tudo como está.

A polêmica acabou chegando ao Conselho Nacional de Saúde, que define as instruções a serem seguidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Numa reunião tumultuada, o conselho barrou a proposta de transferência do controle do setor.

Essa decisão, no entanto, será ignorada pelo Ministério da Saúde. De acordo com Márcia Bassit, ministra em exercício, o ministro José Gomes Temporão não homologará o conselho. “A transferência de competência integra um projeto de reestruturação do ministério, faz parte de política de governo”, afirmou Márcia. “Respeitamos a participação democrática, mas não há como uma instância colegiada decidir sobre todos os assuntos. Isso tornaria o ministério inadministrável.”

ESTREMECIMENTO - A atitude deverá estremecer ainda mais as relações entre Temporão e o conselho. “Foram vários os sinais de desrespeito às deliberações do colegiado. Esse será mais um”, afirmou o presidente do conselho, Francisco Júnior.

A polêmica é generalizada. “Vão retirar a galinha de ovos de ouro da Funasa, mas para os índios não existe garantia de que vai haver melhora nos serviços”, afirmou Yssotruka, representante do povo truká, que vive na região de Cabrobó (Pernambuco). Presente na reunião do conselho e defensor do sistema atual, ele acredita que basta fazer melhorias no que já existe.

Neste ano, a Funasa recebeu R\$ 304.187.492 para atender cerca de 530,6 mil índios. A verba é repassada para regionais da fundação, que, por sua vez, transferem para 34 distritos de saúde indígena. Outra parte do dinheiro vai para municípios que desenvolvem ações específicas. “Queremos acabar com essa duplicidade”, afirmou Márcia. “Isso vai a melhorar o controle e a eficácia dos investimentos.”

Em vários distritos, a execução das ações de saúde é feita através de convênios com organizações não-governamentais. Vários desses contratos já foram acusados de irregularidades.

Para a antropóloga e coordenadora da Formação de Recursos Humanos da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Sofia Mendonça, existem convênios com problemas. Mas nem todos estão nessa situação. Ela observa que o maior problema da mudança proposta é o risco de a saúde indígena passar a ser controlada por municípios.

Grupo de Rainha invade oito fazendas no Pontal – José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 19/10/2008

Integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) ligados ao líder dissidente José Rainha Júnior invadiram oito fazendas ontem no Pontal do Paranapanema, extremo oeste paulista. A ação mobilizou cerca de 800 militantes recrutados em acampamentos e assentamentos da região. Até o início da tarde, a Polícia Militar só tinha confirmado a ocupação de quatro fazendas em Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Teodoro Sampaio e Presidente Bernardes.

De acordo com a PM, a ação chega ao conhecimento dos policiais quando os donos ou empregados das áreas invadidas comunicam a ocorrência. Os donos devem entrar com pedidos de reintegração de posse.

Rainha informou em nota que a invasão em massa tem a finalidade de “despertar o governo de José Serra do seu marasmo” e retomar os assentamentos na região. Segundo o líder, as fazendas invadidas são “improdutivas ou devolutas”.

No ano passado, nessa mesma época, o grupo de Rainha fez uma onda de invasões no Pontal, a região com o maior número de conflitos fundiários do Estado. “Nada foi feito para os trabalhadores e o governo tucano insiste em privatizar 300 mil hectares de terras públicas.”

Rainha se referia ao projeto de Serra que prevê a regularização das áreas com mais de 500 hectares no Pontal. A proposta, enviada à Assembléia Legislativa em junho de 2007, ainda não foi votada. O governo entende que a medida contribuirá para reduzir os conflitos na região.

Segundo Rainha, 3.774 famílias estão na fila para serem assentadas. O governo teria arrecadado nove áreas, mas não providenciou os assentamentos.

O líder reivindica a retirada do projeto do governador e a instalação de comissões de seleção nos municípios que tiveram áreas arrecadadas. “É preciso investir mais em reforma agrária e menos em obras de presídios.”

ITESP - As ações de Rainha não são reconhecidas pela direção do MST, que o considera afastado do movimento. Na quarta-feira, sem-terra ligados à direção nacional entraram em confronto com a Polícia Militar, em Presidente Prudente, em uma tentativa de invasão do escritório regional do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp). O Itesp informou, na ocasião, que arrecadou áreas, mas ainda precisa de licenças ambientais.

UDR contratará seguranças contra invasões no Pontal – José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 20/10/2008

A União Democrática Ruralista (UDR) vai apoiar os fazendeiros do Pontal do Paranapanema na contratação de empresas de segurança para evitar novas invasões. No sábado, grupos ligados a José Rainha Júnior, dissidente do Movimento dos Sem-Terra (MST), invadiram oito fazendas na região. Os proprietários devem entrar com pedidos de reintegração de posse a partir de hoje.

Segundo o presidente da UDR, Luiz Antonio Nabhan, a Secretaria de Justiça do Estado marcou uma reunião com líderes dos sem-terra para esta semana e causou revolta entre os produtores. 'Nossos associados não aceitam que o governo receba esses foras-da-lei.'

A UDR colocará à disposição dos associados empresas de segurança cadastradas. 'Tivemos mais de 100 invasões nos últimos anos e nenhum proprietário foi indenizado.' A UDR vai se mobilizar para que o governo paulista não assente em terras que foram alvo de invasão. Para ele, a invasão virou instrumento de pressão: "Os sem-terra invadem e o governo vai negociar a terra com o dono.' A Secretaria da Justiça informou que a reunião foi agendada antes das invasões e foi pedida pelo bispo da região, d. Benedito Gonçalves. Segundo a pasta, os ruralistas também são recebidos quando pedem audiência.

Complacência com Rainha – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 21/10/2008

Se há um líder sem-terra que tem escapado sistematicamente das malhas da Justiça, apesar dos vários processos criminais em que se envolveu por reiteradas agressões à lei, este é José Rainha Júnior, que agora atua como "dissidente" do Movimento dos Sem-Terra (MST). Parece inacreditável que essa pessoa, com imagem tão marcante de fora-da-lei, ainda consiga liderar grandes hordas de invasores de fazendas, como as de cerca de 800 militantes - recrutados em assentamentos e acampamentos da região - que nesse fim de semana invadiram oito fazendas em vários municípios do Pontal do Paranapanema, no extremo oeste paulista.

Por meio de "nota oficial", Rainha informou que essa invasão em massa tem o objetivo de "despertar o governo de José Serra do seu marasmo" e retomar os assentamentos na região, já que, no seu entender, as fazendas invadidas são "improdutivas ou devolutas". No ano passado, nessa mesma época, Rainha e seus militantes realizaram idêntica invasão em massa no Pontal, região do Estado de São Paulo que concentra a maioria dos conflitos fundiários. Ao dizer que "nada foi feito para os trabalhadores e o governo tucano insiste em privatizar 300 mil hectares de terras públicas", Rainha se refere ao projeto do governo Serra que prevê a regularização das áreas com mais de 500 hectares no Pontal. A proposta foi enviada à Assembléia Legislativa em junho de 2007 e ainda não foi votada.

Independentemente do mérito desse projeto, é claro que uma das principais reivindicações de Rainha e seu bando é que o governador José Serra retire seu projeto de lei da Assembléia Legislativa - pois o que menos lhes interessa é algum avanço no caminho da regularização fundiária. A regularização certamente diminuiria a intensidade de conflitos na região - esvaziando o conteúdo “político” do movimento (MST) cujo comando há tempos disputa, sem o conseguir.

Como não poderia deixar de ser, já que não podem ficar de braços cruzados enquanto invadem suas propriedades, os dirigentes da União Democrática Ruralista (UDR) anunciaram que a entidade apoiará os fazendeiros do Pontal do Paranapanema na contratação de empresas de segurança, para evitar novas invasões.

Mas, além das invasões, os produtores rurais têm outro motivo de revolta. Não se conformam com o fato de a Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo ter agendado - para esta semana - uma reunião com os líderes dos sem-terra. “Nossos associados não aceitam que o governo receba esses fora-da-lei.” A Secretaria de Justiça informa que a reunião foi agendada antes das invasões (não esclarecendo se foram desmarcadas em razão destas), a pedido do bispo da região, e que os ruralistas também são recebidos quando pedem audiência. Mas convenhamos: não se pode considerar que existe equilíbrio isonômico quando a autoridade do Estado trata da mesma forma produtores regulares, fazendeiros que respeitam a lei, e bandos fora-da-lei, que não integram uma associação legalmente constituída e costumeiramente praticam o esbulho possessório, acrescido de diversas outras formas de violência - tais como cárcere privado imposto a empregados de fazendas, matança de animais, depredação de sedes e coisas do tipo.

“Tivemos mais de 100 invasões nos últimos anos e nenhum proprietário foi indenizado” - desabafou o presidente da UDR, Luiz Antonio Nabhan. E, para que se interrompa a prática de “os sem-terra invadirem e o governo ir negociar a terra com o dono”, o mínimo que o governo deveria fazer - como reivindica, com justiça, a entidade - era não assentar em terras que foram objeto de invasão. Era isso, aliás, o que determinava provisão legal baixada no governo Fernando Henrique.

Não se pede que o governo deixe de ouvir reivindicações de movimentos sociais, mas sim que não trate em pé de igualdade quem está e quem não está dentro da lei. A bem da verdade, José Rainha Júnior tornou-se um dos símbolos da impunidade reinante no País, tamanha é a complacência que tem desfrutado dos Poderes Públicos na evolução de sua carreira.

Auditoria do Ibama confirma multas de assentamentos do Incra na Amazônia – Sítio eletrônico do MMA – 21/10/2008

O Ministério do Meio Ambiente confirmou hoje (21/10), após minuciosa revisão feita pelo Departamento de Proteção Ambiental do Ibama, que foram mantidas as multas por prática de desmatamento que levaram sete assentamentos do Incra no Mato Grosso a figurar na lista dos cem maiores desmatadores da Amazônia.

A auditoria realizada nos processos de sete assentamentos no Mato Grosso, realizada a pedido do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, concluiu que as coordenadas utilizadas para delimitar as áreas onde ocorreram os danos ambientais estão corretas e correspondem aos assentamentos.

As coordenadas foram questionadas pelo Incra, bem como a área total desmatada. A revisão solicitada pelo MMA constatou que houve sim pequenos erros nas medições em determinados assentamentos, para mais e para menos, mas que não reduziram a área total desmatada nem o valor das multas.

A maior parte das autuações efetuadas pelo Ibama nas áreas dos assentamentos - 59% - corresponde a desmatamentos posteriores a 2002, sendo que 41% ocorreram entre 1997 e 2002. Mas segundo a auditoria do Ibama, mesmo no caso dos desmatamentos mais antigos, as multas aplicadas são procedentes, já que havia uma ordem para que as áreas em questão, onde não havia reserva legal demarcada, fossem mantidas desocupadas para permitir a regeneração da floresta; o que não ocorreu.

Reforma agrária ecológica - A revisão dos processos foi solicitada pelo ministro Minc após a divulgação da lista dos cem maiores desmatadores da Amazônia. Com a confirmação dos dados, o MMA já iniciou entendimentos com a direção do Incra para promover a cobrança dos danos ambientais com a doação de terras que o instituto possui na região, para a criação de grandes corredores florestais de reservas que contribuam para a proteção do Bioma Amazônia. "Estão sendo escolhidas terras do Incra, de interesse para proteção de unidades de conservação do Instituto Chico Mendes, para que possamos criar corredores florestais contínuos de áreas preservadas. Essas terras serão avaliadas para que as doações correspondam aos valores das multas", explicou Carlos Minc.

Os presidentes do Ibama e do Incra, Roberto Messias e Rolf Hackbart, já estão elaborando programa e cronograma conjuntos para a recuperação das áreas degradadas dentro dos assentamentos e implantar alternativas sustentáveis para os pequenos agricultores já assentados na Amazônia, com o fortalecimento de um modelo para os futuros projetos de reforma agrária, que resgate e amplie os projetos do Incra PAF (Projeto Agroflorestal) e PAE (Projeto Agroecológico). "Há consenso de que é preciso um modelo de reforma agrária em que, por exemplo, a reserva legal seja demarcada previamente para todo o assentamento, sob a forma de corredor florestal, e não por cada assentado individualmente. E que os assentados tenham prévia qualificação para manejo florestal e uso de óleos, frutos e fibras da floresta, sem destruir as florestas", afirmou o ministro.

Ibama confirma multas aplicadas a assentamentos – Estado de São Paulo – Vida & - 22/10/2008

Uma auditoria do Ibama confirmou a validade das multas aplicadas a assentamentos do Incra na Amazônia, segundo informações divulgadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). As multas, por desmatamento, colocaram seis assentamentos do Incra em MT no topo da lista dos cem maiores devastadores da floresta, divulgada há um mês. Outros dois estão na 40.^a e 44.^a posição. O Incra contestou os dados e o ministro Carlos Minc, do MMA, ordenou a revisão. A auditoria, segundo o ministério, mostrou que as informações estavam corretas e que as multas são válidas. O pagamento será feito via doação de terras para conservação.

Ministério mantém Incra no ranking de desmatamento – Folha de São Paulo – Brasil - 22/10/2008

O Ministério do Meio Ambiente confirmou que assentamentos de reforma agrária lideram a lista dos cem maiores desmatadores do país. Depois de "minuciosa" revisão feita pelo Ibama, foram mantidas as multas que levaram assentamentos do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) no Mato Grosso a figurar na lista do ministério.

Nela, oito assentamentos aparecem como desmatadores de 229,2 mil hectares de floresta -44% do total levantado. O Incra, que havia contestado o primeiro resultado, disse em nota que eventuais divergências entre ministérios serão tratadas "no fórum adequado".

Minc defende maior protagonismo do Brasil na área ambiental – Sítio Eletrônico do MMA – Daniela Mendes - 22/10/2008

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, defendeu um maior protagonismo do Brasil na área ambiental. "Não podemos ficar na defensiva, como às vezes, ficamos. Nos fóruns internacionais nós temos muita coisa a apresentar, inclusive na área do etanol e do biodiesel. Não tem sentido nós ficarmos eternamente nessa defesa, a gente tem que ser muito mais propositivo", disse Minc na abertura da audiência pública sobre o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, realizada nessa terça-feira (21), na Universidade de Brasília.

No encontro, que teve quase três horas de debates, Minc afirmou que o plano, que ainda está em fase de consulta pública, deve ter metas realizáveis. Ele destacou aspectos importantes como a previsão de o País chegar a 2015 plantando mais árvores do que cortando, o aumento de 1% para 20% na co-geração de energia e o crescimento de 11% a participação do etanol na matriz energética brasileira com crescimento de 11% ao ano.

Segundo a secretária Nacional de Mudanças Climáticas, Suzana Kahn, além dos objetivos citados acima, essa versão inicial do plano estabelece dois macro objetivos. Um deles é a redução das emissões provenientes da alteração do uso da terra e florestas com foco na questão do desmatamento que representa 55% do nosso total de emissões.

Outro ponto é a promoção do desenvolvimento, do crescimento econômico, seguindo uma trajetória de menor consumo de energia fóssil. "O Brasil vai crescer, mas esse crescimento pode se dar de uma forma menos agressiva ao meio ambiente e isso é possível desde que se tenha tecnologia para isso", acredita Suzana.

Os participantes do encontro sugeriram que o plano contemple de forma mais precisa ações voltadas para educação ambiental, o uso de áreas degradadas, o estímulo a projetos de energia limpa e o incentivo financeiro a projetos de geração de conhecimentos na área ambiental. "Nós queremos discutir esse plano não só pela internet, mas também de corpo presente e a universidade tem muito a contribuir e nós temos de ter abertura para incorporar essas sugestões no primeiro plano brasileiro de mudanças climáticas", disse o ministro.

No próximo dia 27 de outubro será realizada, no Rio de Janeiro, outra audiência pública para debater o Plano Nacional de Mudanças Climáticas. A fase de consulta pública encerra no dia 31 de outubro.

Minc destaca importância dos corredores ecológicos para preservar fauna e flora – Sítio Eletrônico do MMA – 22/10/2008

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse nesta quarta-feira (22) não haver outra forma de preservar fauna e flora que não em contínuos florestais como os corredores ecológicos, formados por unidades de conservação, terras indígenas e áreas de interstício. O ministro abriu os trabalhos da oficina sobre Implementação de Corredores Ecológicos, organizada pelo Projeto Corredores Ecológicos do MMA, em Brasília, para discutir experiências positivas, trocar informações e pensar os próximos passos do Projeto. Participam do evento, secretários de Meio Ambiente dos Estados da Bahia e Espírito Santo, além de doadores internacionais e sociedade civil.

"Eu sou um defensor dos corredores ecológicos", afirmou o ministro, complementando que eles, como grandes áreas de conservação da biodiversidade, também se beneficiarão de ações em curso pelo MMA para criação, implantação, monitoramento e fiscalização de áreas protegidas. Entre as medidas constam criação de novas unidades de conservação, Programa de Turismo nos Parques, edital para 40 Planos de Manejo que deverá sair em novembro, atuação da Câmara de Compensação Ambiental por meio de convênio com a Caixa Econômica Federal, formação de novos fiscais, além do preço mínimo para produtos extrativistas.

O ministro salientou, ainda, o caráter positivo da descentralização na execução do Projeto Corredores Ecológicos, apesar das dificuldades inerentes a um projeto piloto que deverão ser avaliadas e vencidas. A secretária de Biodiversidade e Florestas do MMA, Maria Cecília Wey de Brito, reforçou as palavras do ministro, afirmando que o ministério fará esforços para promover a descentralização de maneira mais efetiva e que as experiências sejam replicadas em todos os biomas brasileiros.

A oficina segue nos dias 23 e 24 no Hotel Airam, em Brasília, com a participação de técnicos do projeto em 19 apresentações sobre a gestão de corredores e oficinas abertas ao debate sobre questões como reconhecimento legal de Corredores Ecológicos e próximos passos do Projeto. Será lançada também, durante o evento, a Série Corredores Ecológicos - Experiências em Implementação de Corredores Ecológicos, que traz neste segundo volume dez artigos que reforçam a importância desta experiência piloto como instrumento de planejamento para a Política Nacional de Áreas Protegidas do Brasil.

O Projeto Corredores Ecológicos - que teve início em 2002 no âmbito do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais no Brasil - lida com a dinâmica da fragmentação e promove a formação e a conservação de grandes corredores de conservação da biodiversidade, formados por unidades de conservação, terras indígenas e áreas de interstício.

Dos sete grandes corredores identificados, representando aproximadamente 25% das florestas tropicais úmidas do Brasil, foram priorizados dois como experiências-piloto - Corredor Central da Amazônia, com 52 milhões de hectares, e Corredor Central da Mata Atlântica, com 21,5 milhões de hectares.

Os critérios de seleção variavam desde a integridade da paisagem natural, abundância e riqueza de espécies, grau de ameaça dos grupos de organismos mais conhecidos, até a diversidade de ecossistemas e comunidades de espécies e potencial de conectividade entre comunidades terrestres e aquáticas.

O Projeto Corredores Ecológicos diferencia-se por uma abordagem abrangente, descentralizada e participativa, permitindo que governo e sociedade civil compartilhem a responsabilidade pela conservação da biodiversidade, podendo planejar, juntos, a utilização dos recursos naturais e do solo.

Mais de 600 camponeses do MST ocupam a superintendência do Incra, em Belém, em protesto pelo fortalecimento do órgão federal da Reforma Agrária e por uma mudança de orientação na sua política agrária e fundiária, desde segunda-feira (20/10). “Defendemos o fortalecimento do Incra e uma nova política agrária e fundiária na Amazônia para garantir a sustentação econômica dos camponeses e a proteção da floresta”, afirma o integrante da coordenação nacional do MST, Ulisses Manaças.

Os Sem Terra protestam contra a criação de um novo órgão para a regularização fundiária na Amazônia. O ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, anunciou em agosto a criação de uma nova autarquia, o Instituto de Regularização Fundiária da Amazônia (Irfam), com direção em Brasília, que seria responsável pela política fundiária na região. “O nosso recado ao governo federal, que está discutindo a proposta de criação de um novo instituto, é que não adianta criar uma estrutura burocrática longe da nossa região e esvaziar o Incra. Precisamos capacitar o Incra, mudar sua política e dotá-lo de poder para resolver os problemas na Amazônia”, afirma Manaças.

Nos últimos 12 anos, cerca de 70% dos projetos de Reforma Agrária aconteceram na Amazônia Legal, em terras públicas ou por meio de regularização de posse. De acordo com especialistas, a política agrária em curso foge do enfrentamento do latifúndio e, especialmente, do agronegócio. “O Incra precisa recuperar o seu papel, desapropriar os latifúndios e fazer a Reforma Agrária em todo o país. Também precisa aplicar uma política específica na Amazônia, que leve em consideração a floresta e os povos locais”, defende Manaças.

A ocupação do MST, que cobra também o assentamento de 1100 famílias acampadas e a liberação de crédito para assentamentos do estado, tem tempo indeterminado para terminar. Na tarde desta quarta-feira, o secretário de Justiça e Direitos Humanos do governo do Pará, José Roberto Martins, visita a ocupação e discute com os trabalhadores rurais as políticas do governo contra grupos para-militares que reprimem os movimentos sociais do campo.

Presença do Estado - “É preciso que se faça um processo de Reforma Agrária que garanta a presença do Estado, que garanta incentivo para as populações trabalharem e preservarem a Amazônia”, diz Manaças.

Ele aponta que os assentamentos precisam de infra-estrutura, incentivos para a produção, energia elétrica, estradas. “Os assentamentos são um espaço privilegiado para conseguir restaurar o que o agronegócio destruiu na região, e garantir a produção de alimentos e a defesa da biodiversidade. Nosso modelo de reforma agrária só tem viabilidade na região amazônica quando a agricultura respeitar a diversidade cultural e ambiental desse fantástico ecossistema do nosso país”, completa.

Ulisses aponta que o projeto seguido pelo governo federal nos últimos 30 anos não prioriza a realização da Reforma Agrária, e sim projetos de colonização. A política iniciada na década de 1970, na ditadura militar, e mantida pelos governos FHC e Lula, prioriza a atuação econômica de outros agentes interessados no território, não os agricultores. “Essa é uma política que assenta as pessoas com o intuito claro de desenvolver economicamente de forma predatória, derrubando a floresta e fazendo relações com madeireiros. Isso pra nós

não é Reforma Agrária”, denuncia Ulisses. Esses projetos de colonização na região amazônica não criam as condições para que os assentamentos possam se desenvolver de forma sustentável, o que leva a uma pressão das empresas madeireiras.

MLST lesou União, diz relatório – Sonia Filgueiras e Ângela Lacerda – Estado de São Paulo – Nacional – 23/10/2008

Responsável pela invasão do Congresso em 2006, o Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) é acusado de causar prejuízos de R\$ 3,3 milhões aos cofres públicos. Relatórios da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) consideraram irregulares as contas de um convênio federal firmado pela Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária (Anara), braço de captação de recursos públicos do MLST, chefiado pelo petista Bruno Maranhão.

A entidade era dirigida na época por Edmilson de Oliveira Lima, integrante da coordenação nacional do MLST e acusado de planejar e comandar a invasão ao lado de Maranhão.

O processo avaliou a prestação de contas de um contrato no qual o Incra liberou, em dezembro de 2005, recursos à associação para a capacitação de trabalhadores assentados. Os relatórios foram remetidos ao Tribunal de Contas da União (TCU) no início do mês.

A prestação de contas foi rejeitada porque a entidade não apresentou extratos bancários da conta corrente específica do convênio. É por meio deles que os auditores checam a compatibilidade entre débitos e despesas informadas na relação de pagamentos, também exigida na prestação de contas. Caberá ao TCU investigar o caso, confirmar ou não o prejuízo e, em caso de condenação, aplicar multas.

Caso as irregularidades sejam confirmadas, o governo cobrará a restituição do dinheiro de Lima, que era coordenador-secretário da associação na época em que o contrato foi assinado. Na ocasião da invasão da Câmara, ele e Maranhão foram presos com quase 500 manifestantes.

De acordo com as notas de empenho registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), os repasses “foram destinados aos assentamentos de Paulo Faria, localizado em Uberlândia, de onde vieram muitos dos integrantes do MLST que invadiram o Congresso Nacional”.

Quase todos os repasses foram realizados durante o governo Lula. Segundo pesquisa da assessoria de orçamento da liderança do DEM, dos R\$ 5,7 milhões obtidos até hoje pela entidade com o governo federal, R\$ 5,6 milhões foram liberados a partir de janeiro de 2003. As contas rejeitadas referem-se ao mais recente deles.

DEFESA - Bruno Maranhão rebateu as acusações e avalia que o fato de se “requeritar” um fato sem nenhuma nova informação é tentativa de criminalizar o movimento. Ele garantiu que juntando todos os convênios realizados pelo governo federal com o MLST não se chega à metade da quantia apontada como devida pela Anara aos cofres públicos. “Prestamos contas, os objetivos de capacitação de trabalhadores foram cumpridos”, afirmou.

Fazendas são incendiadas no PA – Estado de São Paulo – Nacional – 23/10/2008

O Movimento Terra, Liberdade e Trabalho (MLT) já incendiou cinco das dez fazendas que invadiu com 700 famílias entre os municípios de Ulianópolis e Paragominas, leste do Pará, segundo fazendeiros. O MLT admite ter montado acampamento nas propriedades, mas alega que precisa da terra para morar e plantar.

Fazendeiros têm sido procurados por pistoleiros que se oferecem para retirar os invasores.

O MLT promete continuar nas fazendas e cobra a desapropriação de todas para transformá-las em assentamento. 'A maioria dessas terras é grilada e os fazendeiros não têm como comprovar a propriedade', afirma o movimento. CARLOS MENDES, ESPECIAL PARA O ESTADO

Em SC, membro do MST é condenado por invasão – José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 23/10/2008

A Justiça Federal de Santa Catarina condenou Néri Fabris, do Movimento dos Sem-Terra (MST), a dois anos de prisão em regime semi-aberto por invadir e ocupar a margem de uma rodovia em junho de 2002. A sentença do juiz Nelson Gustavo Mesquita Alves acatou o argumento do procurador da República em Blumenau, João Marques Brandão Neto, de que o réu é “profissional de invasão”.

Fabris fazia parte de um grupo de 70 pessoas ligadas ao MST que ocupou a faixa de domínio da BR-470, na altura do km 40, no município de Gaspar. A Justiça determinou a desocupação em 24 horas. O mandado de reintegração de posse foi recebido pelo líder Leandro César Daniel, mas o prazo não foi respeitado.

Em março de 2003, com a desocupação, os policiais encontraram o local poluído e devastado, com o corte de árvores nativas. Além de Fabris foram denunciados Miguel Lautério e Leandro Daniel. Cabe recurso. Ontem, ele não foi encontrado. O MST catarinense repudiou a sentença e informou em nota que Fabris é assentado há mais de cinco anos e, desde então, não participa de ocupações.

Produtores rurais resistem a se reunir com Lugo e sem-terra – José Maschio – Folha de São Paulo – Mundo - 24/10/2008

A crise agrária no Paraguai já cria dificuldades políticas para o governo de Fernando Lugo. Produtores rurais brasileiros e paraguaios resistem em participar de uma reunião hoje com o presidente, em San Pedro, capital do departamento de mesmo nome, no norte do país.

Anunciada pela chefia de gabinete do governador José Ledesma Pakova, mas não confirmada oficialmente pela Presidência, a reunião deve servir para Lugo apresentar soluções para o impasse entre sem-terra e produtores -brasileiros e paraguaios- impedidos de plantar a safra de verão. Na reunião, além de Lugo e ministros, devem estar presentes líderes sem terra de San Pedro.

"Na última segunda-feira, aqui em Lima [município de San Pedro], houve uma reunião com o governador e o presidente do Indert [Instituto de Desenvolvimento Rural e de Terras], Aldo Alderete. Só os sem-terra tiveram a palavra, não nos ouviram. Vai ser a mesma coisa", afirmou Aurélio Perez Leon, justificando o boicote ao possível encontro com Lugo.

A reunião acontece um dia após o fim do prazo pedido pelo governo para apresentar uma solução a nove grupos de sem-terra e produtores rurais das cidades de Lima e General Resquín. Nos dois municípios, os produtores estão impedidos pelos sem-terra de plantar a safra de verão e de colher a lavoura de inverno.

Os sem-terra de San Pedro haviam ameaçado invadir fazendas de "brasiguaios" - produtores rurais brasileiros- caso eles não deixassem as terras até ontem.

Segundo Gerónimo Sanches, da CAP (Coordenação Agrícola do Paraguai), há hoje 268 mil pequenos e médios produtores impedidos de plantar em todo o Paraguai. As situações mais tensas são no departamento de San Pedro e no município de San Alberto, no departamento de Alto Paraná (leste).

Na última semana, acordo entre sem-terra, agricultores e autoridades do governo permitiu que o plantio da safra de verão fosse retomado nas cidades de Maracaju e Porto Índio, em Alto Paraná.

Eleito com o apoio das mais de duas dezenas de organizações de sem-terra existentes no Paraguai, Lugo enfrenta pressão para promover uma reforma agrária ampla no país. Por outro lado, diferentes organizações de produtores exigem de Lugo o fim imediato dos conflitos no campo.

Sem-terra impedem brasiguaios de plantar – José Maschio – Folha de São Paulo – Mundo - 25/10/2008

No departamento de San Pedro, brasileiros não conseguem semear e colher soja em terras reivindicadas pelo movimento - Com período ideal para cultivo chegando ao fim, tensão cresce, e produtores ameaçam pegar em armas contra os manifestantes

Na última terça-feira, o agricultor brasileiro Ildo Kaeffer e seu filho Marcelo, 23, tentavam preparar a terra da família, em Lima, departamento de San Pedro (norte do Paraguai). Uma brigada de mais de 200 sem-terra paraguaios os impediu. Seu trator foi apreendido.

Há seis meses, produtores brasileiros e paraguaios vivem o mesmo drama dos Kaeffer. Estão impedidos de plantar ou colher em suas lavouras. ""É uma situação insustentável. Para colher a safra de inverno, tivemos que negociar muito. Agora nos impedem de plantar a safra de verão", afirma Ildo, que também tem cidadania paraguaia. Ele só recuperou o trator depois que acionou a Polícia Nacional do Paraguai.

Nos três principais municípios agrícolas de San Pedro -Lima, Santa Rosa e General Resquín-, a cena é a mesma: na terra preparada para o plantio, mas não semeada, é possível ver estacas de madeira com as cores da bandeira do Paraguai que mostram que os sem-terra já demarcaram suas áreas.

As brigadas de sem-terra fazem vigília nessas áreas, para que os produtores não retirem as estacas e não plantem. Principal líder sem terra de San Pedro, Elvio Benitez critica os brasileiros, que, de acordo com ele, ""cometem crime ambiental e usam terras do Estado".

Segundo Benitez, os brasileiros ""atropelaram" os camponeses paraguaios em outros departamentos, "mas isso não vai acontecer em San Pedro". Ele se refere ao fato de os brasileiros serem a maioria entre os produtores rurais em Alto Paraná e Canindeyu, leste do Paraguai e fronteira com o Brasil.

A segunda geração de brasileiros no Paraguai avança agora para San Pedro, no centro-norte do país. E encontra resistência dos camponeses, amparados pelo governador José Ledesma Pakova, que rejeita o avanço da soja na região. A questão ambiental e o suposto uso indiscriminado de agrotóxicos são citados por Ledesma como razões da resistência. "Nós cumprimos a lei ambiental paraguaia e usamos defensivos como qualquer produtor paraguaio. Eles querem é tomar nossas terras", afirma Ademir Mendes, 29, dono de 80 hectares em Lima.

Estatuto - Alguns brasiguaios, no entanto, admitem que compraram terras em área de assentamento, o que é proibido pela legislação paraguaia. Almeri Eichelberger, 40, e seu cunhado, Armando Marchão, 36, estão entre eles. Marchão tem 30 hectares, e Eichelberger, 60, contestados pelos paraguaios.

Uma alteração, de dezembro de 2004, no Estatuto Agrário determina que terras para reforma agrária não podem beneficiar estrangeiros. ""Nós compramos as terras antes dessa mudança. Não podemos ser penalizados", diz Eichelberger.

O presidente da Coordenação Agrícola de San Pedro, Ricardo Soza, diz que tem

auxiliado os brasileiros para comprovar a compra antes da modificação no estatuto. "O problema é político. A lei não pode ser retroativa, mas, neste governo, não podemos garantir nada."

Com o período ideal para o plantio de soja se esvaindo, a tensão tem aumentado na região e produtores como Marchão e Eichelberger admitem que podem recorrer à violência. "Tudo o que temos são essas terras. Não vamos aceitar passivamente sermos espoliados", afirma Eichelberger.

Na propriedade do paraguaio Cecilio Sanguina, 47, a soja já brota. Para isso, tomou uma decisão radical. "Perdi a paciência", diz. "Peguei em armas e avisei aos sem-terra: quem tentar me impedir leva fogo."

O prefeito de Lima, Júlio César Franco, disse temer que a situação acabe em "derramamento de sangue" e culpa o governo de Fernando Lugo pela situação. "O presidente Lugo tem que se decidir se vai para a direita, para o centro ou para a esquerda. O que não pode é protelar uma decisão", afirma.

Agricultores paraguaios que se aliam aos brasileiros são repudiados por compatriotas – Folha de São Paulo – Mundo - 25/10/2008

A xenofobia contra brasileiros em San Pedro se estende a produtores paraguaios aliados dos brasiguaios, que são chamados de "filhotes". "Nos chamam de filhotes de brasileiros porque produzimos soja. Digo para seguirem meu exemplo. Há três anos comecei com cinco hectares, hoje planto 60", diz Cecílio Sanguina, 47.

Antes de se estabelecer em Lima, Sanguina fazia lavouras menos ortodoxas. No departamento de Amambay, em Pedro Juan Caballero, ele plantava maconha. "A maconha era uma ilusão. Tudo o que você plantava ficava como propina nas mãos dos policiais. Aqui em Lima eu tentei mandioca, mas a soja dá mais lucro e ajuda você a criar os filhos", afirma.

Para Hilário Alfonso, 54, os sem-terra se incomodam com a parceria de paraguaios com brasileiros. "É um erro isso. Nós não temos maquinário para o plantio ou para a colheita. Os brasileiros nos ajudam nisso. Para quem deseja trabalhar, isso é ótimo", afirma.

"Os brasileiros só adotaram o nosso costume do tererê [espécie de chimarrão gelado], mas nos tratam depreciativamente. É comum eles se dirigirem a nós como shiru [termo depreciativo]. Utilizam as nossas melhores terras, e isso tem que acabar", afirma o sem-terra Florentin Cuevas, 48.

"Eu nasci no Paraguai, fui registrada no Paraguai, casei no Paraguai, tenho minha filha no Paraguai, como posso ser chamada de estrangeira porque descendo de brasileiros?", contesta Marlise Marchão.

O brasiguai Edson Vames Rambo, 29, nascido em Santa Rosa do Monday (Alto Paraná), planta 170 hectares de soja nos municípios de General Resquín e Lima, entre terras da família e arrendadas, e não aceita ser chamado de estrangeiro.

"Quando servi o Exército, eu era paraguaio. Para pagar minhas taxas, eu sou paraguaio. Agora, como os sem-terra querem minhas terras, virei estrangeiro", afirma Rambo.

Para o prefeito de Lima, Júlio César Franco, as diferenças culturais entre os brasiguaios e os paraguaios está sendo explorada "'por aqueles que não querem soja no Paraguai". Ele diz preocupado, pois seja qual for a solução do governo para o impasse agrário, os setores que se sentirem prejudicados irão reagir. "'Estou seguro de que o conflito não vai terminar"'", afirma.

Para Lugo, ações de sem-terra são por necessidade – Folha de São Paulo – Mundo - 25/10/2008

O presidente paraguaio, Fernando Lugo, disse ontem acreditar que as ações dos sem-terra locais são motivadas mais por necessidade do que por xenofobia. A declaração foi dada em visita do mandatário ao departamento de San Pedro, centro da tensão entre sem-terra e "brasiguaios" nos últimos dias.

"Os imigrantes são bem-vindos no Paraguai, [desde que] dentro do âmbito da legalidade", afirmou. Além disso, "muitos dos chamados "brasiguaios" já são paraguaios, têm seus filhos, seus netos, e estão [radicados] legalmente, sem motivo de preocupação".

San Pedro, localizada cerca de 300 quilômetros ao norte da capital, Assunção, é a base política do presidente, onde por mais de dez anos o então bispo Lugo atuou ao lado de movimentos sociais, entre eles grupos sem terra.

O dia de despachos oficiais no departamento é uma tentativa do governo de amainar as tensões na zona rural,. Além disso, é um aceno aos sem-terra, que apoiaram a eleição de Lugo, mas exigem medidas em relação à concentração de terras em mãos brasileiras, em sua maioria produtores de soja.

À agência Efe, Lugo disse que espera racionalidade na busca de uma solução para as reivindicações dos sem-terra do país, cerca de 400 mil. Para Assunção, há 300 mil brasileiros no país; para o Brasil, eles são 150 mil. Lugo disse que foram registradas 74 ocupações desde o início do seu governo, em agosto.

Lugo falou também das negociações com o Brasil sobre a hidrelétrica binacional de Itaipu. "Nenhum dos pontos foi rejeitado", afirmou sobre as reivindicações, que incluem o preço da energia, a possibilidade de venda para terceiros e a renegociação da dívida. Na quarta, houve reunião de uma das duas subcomissões bilaterais.

Com agências internacionais

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

**op
pa** **Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura**

CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



nead

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

